

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

VANESSA MACEDO BARROS DOS SANTOS

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: estudo de caso no município
de Frei Martinho - PB**

Cuité/PB

2015

VANESSA MACEDO BARROS DOS SANTOS

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: estudo
de caso no município de Frei Martinho – PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Nutrição e Saúde Coletiva.

Orientadora: Msc. Poliana de Araújo Palmeira

Cuité/PB

2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE

S237a Santos, Vanessa Macedo Barros dos.

Avaliação do programa nacional de alimentação escolar: estudo de caso no município de Frei Martinho – PB. / Vanessa Macedo Barros dos Santos – Cuité: CES, 2015.

92 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Nutrição) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2015.

Orientadora: Msc. Poliana de Araújo Palmeira.

1. Avaliação. 2. Indicadores. 3. Programa Nacional de Alimentação Escolar. I. Título.

Biblioteca do CES – UFCG

CDU 612.3

VANESSA MACEDO BARROS DOS SANTOS

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: estudo de caso no município de Frei Martinho - PB

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Nutrição e Saúde Coletiva.

Orientadora: Msc. Poliana de Araújo Palmeira

Aprovado em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Poliana de Araújo Palmeira
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
Orientador

Prof. Dra. Michelle Cristine Medeiros da Silva
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
Examinador

Silvana Ribeiro da Silva
Nutricionista do PNAE – Prefeitura municipal de Cuité/PB
Examinador

CUITÉ/PB

2015

Dedico aos meus pais Jailma Macedo e Francisco Martins,
pelo amor, apoio e confiança.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, força de minha alma, que com um amor tão incondicional me fez chegar até aqui e me possibilitou viver momentos únicos.

À minha mãe Jailma Macedo, por tudo que enfrentou por mim, por sempre estar ao meu lado nos momentos que mais precisei, inclusive os da universidade. Você como ninguém vivenciou cada momento desse curso comigo, obrigada por todo esse amor, por toda compreensão, amo você.

Ao meu pai Francisco Martins, por enfrentar a luta do dia-a-dia por mim, por ser um pai presente e depositar em mim uma admiração e um amor tão grande, o amo, obrigada por tudo.

À minha irmã Tatyane Macedo, pelas conversas nas madrugadas que me faziam esquecer os problemas e relaxar a cabeça, você é muito especial.

Ao meu namorado Robson Diniz, por não medir esforços em me ajudar, por estar ao meu lado e ter me ajudado muitas vezes, inclusive neste trabalho. Deus foi muito generoso comigo quando te colocou em meu caminho. És meu ombro amigo, meu amor.

À família “Querubim Kids” por ter me feito um ser humano melhor. Em especial a Tia Lourdes, por ser uma pessoa de um coração enorme, professora admirável, responsável por minha paixão pela pedagogia e pelo trabalho na escola. Obrigada por ter feito eu sonhar ainda mais com a tal universidade. Você é muito importante para mim.

Ao meu Quarteto, Hialle Roberta, Luana Macedo e Cinthia Dieska. Agradeço por tudo que vivenciamos em Deus, por toda essa amizade que mesmo de longe permanece. Obrigada pelo incentivo e orações, minhas amadas.

Às minhas amigas de luta, Viviane Barros, Priscila Cunha, Elizama Oliveira, Fabielly Dantas, Lidiane Santos e Claudia Figueiredo. Obrigada por dividiram comigo muitas

alegrias e agonias também, por todas as noites em claro para aprendermos mais, por todas as caronas, pelas conversas descontraídas, pelos ensinamentos compartilhados, enfim, sem vocês nada teria sido tão maravilhoso. Seremos fruto de uma vitória linda, eu creio.

À minha orientadora, Poliana Palmeira, por ter depositado em mim a confiança que eu não tinha, por ser um exemplo de profissional, dedica, compreensiva e muito responsável. Saiba que és muito admirada por mim e por todos os alunos da UFCG-CES, seus ensinamentos jamais serão esquecidos. Obrigada por todo o apoio, serei eternamente grata.

À instituição UFCG, professores e funcionários, em especial aos professores do curso de nutrição, pelo aprendizado repassado a todos nós alunos.

À minha amiga Jaqueline Costa, por ter me ajudado nesta pesquisa e ter me proporcionado muito aprendizado e gosto pela pesquisa de campo. És um exemplo de dedicação e responsabilidade.

Em especial, agradeço ao município de Frei Martinho na pessoa de Aguifaneide Lira (Secretária de Educação), por ter recebido esta pesquisa de braços abertos e não ter medido esforços para sua realização, obrigada.

A todos, que direto ou indiretamente contribuíram para realização desta conquista, meu muito obrigada!

“A humildade exprime uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém.”

(Paulo Freire)

RESUMO

SANTOS, V. M. B. **AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: estudo de caso no município de Frei Martinho – PB.** 2015. 92 f.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em nutrição) – Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2015.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no Brasil e ainda em vigência, sendo o único com atendimento universalizado para os estudantes do ensino básico matriculados em escolas públicas e filantropias. O programa tem o intuito de fornecer uma alimentação de qualidade em quantidade suficiente, promovendo assim o Direito Humano a Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional. Esta pesquisa teve como objetivo avaliar a execução deste programa no município de Frei Martinho-PB, e apontar as potencialidades e possíveis entraves encontrados, possibilitando estratégias para o alcance das diretrizes do PNAE. Utilizou-se uma matriz com 28 indicadores, contemplando três dimensões: Dimensão da Gestão; Participação e Controle Social; e Eficiência Alimentar e Nutricional. Os dados desta avaliação foram obtidos por meio de formulários, destinados a Entidade Executora (EE), ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e as Unidades Escolares municipais. Para realização deste estudo, a Secretária de Educação assinou o termo de consentimento e aceitação. O resultado global das três dimensões avaliativas apontou um desempenho satisfatório da execução do programa no município, uma vez que atingiu parcialmente os resultados esperados em pelo menos uma das dimensões. Entretanto, os resultados dos indicadores apontaram para revisão dos recursos financeiros e humanos, infraestruturas das unidades escolares e adequação dos cardápios. A utilização dos indicadores por meio dessa metodologia permitirá a EE melhorar o gerenciamento do programa e ainda auxiliará em uma contínua revisão das ações efetuadas a atingir as diretrizes estabelecidas pelo PNAE.

Palavras Chave: Avaliação; Indicadores; Programa Nacional de Alimentação Escolar.

ABSTRACT

SANTOS, V. M. B. EVALUATION OF THE NATIONAL SCHOOLFEEDING PROGRAM: a case study in the city of Frei Martinho - PB. 2015 100 f. Term paper (degree in Nutrition) - Federal University of Campina Grande, Cuité, 2015.

The National School Feeding Programme (PNAE) is considered one of the largest programs in the school feeding area in Brazil, still in effect. The only service that has universalized for students of basic education registered in public and philanthropic schools. Its aim to provide high-quality food in sufficient quantity, thus promoting the Human Right to Adequate Food and Food Security and Nutrition. This research objective is to evaluate the implementation of this program in the city of Frei Martinho-PB, and point out the strengths and possible obstacles encountered, enabling strategies to achieve the PNAE guidelines. A matrix with 28 indicators was used, covering three dimensions: Management dimension; Participation and Social Control; and Food and Nutrition Efficiency. The data from this evaluation were obtained through forms designed to Executing Entity (EE), the School Feeding Council (EAC) and the municipal school units. To conduct this study, the Secretary of Education signed the term of consent and acceptance. The overall result of the three evaluative dimensions pointed a satisfactory performance of the program in the city, because it partially achieved the expected results in at least one dimension. However, the results of the indicators pointed to the need for a review of the financial resources, infrastructure of school units and adequacy of menus. The use of indicators by means of this methodology will allow EE improve program management and also assist a continuing review of the actions taken to achieve the guidelines established by PNAE.

Keywords: Evaluation; Indicators; National School Feeding Programme.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Quadro 1** – Matriz de indicadores para avaliação do PNAE em âmbito municipal na dimensão da gestão.....32
- Quadro 2** – Matriz de indicadores para avaliação do PNAE em âmbito municipal na dimensão da Participação e controle social.....33
- Quadro 3** – Matriz de indicadores para avaliação do PNAE em âmbito municipal na dimensão da eficiência alimentar e nutricional.....34
- Quadro 4** - Escala de categorias para análise dos resultados obtidos na aplicação da matriz de indicadores.....38

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** - Resultado global da avaliação do Programa Nacional de Alimentação escolar nas dimensões da Gestão, da Participação e Controle Social; e da Eficiência Nutricional no município de Frei Martinho/PB, 2014.....39
- Tabela 2** - Resultados obtidos nos indicadores que compõem a matriz de análise da Avaliação do Programa Nacional de Alimentação escolar na dimensão Gestão do município de Frei Martinho/PB, 2014.....40
- Tabela 3** -Resultados obtidos nos indicadores que compõem a matriz de análise da Avaliação do Programa Nacional de Alimentação escolar na dimensão Participação e Controle Social acerca do CAE no município de Frei Martinho/PB, 2014.....43
- Tabela 4** - Resultados nos indicadores que compõem a matriz de análise da Avaliação do Programa Nacional de Alimentação escolar na dimensão de Eficiência alimentar e nutricional do PNAE no município de Frei Martinho/PB, 2014.....46

LISTA DE SIGLAS

AF – Agricultura Familiar

AQPC – Avaliação Qualitativa das Preparações de Cardápio

CAE – Conselho Municipal de Alimentação Escolar

CFN – Conselho Federal de Nutrição

CME - Campanha de Merenda Escolar

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DH - Direitos humanos

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

EE – Entidade Executora

EMEF - Escolas Municipais de Ensino Fundamental

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

ONU - Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PIDESC - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

RDC – Resolução da Diretoria Colegiada

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 OBJETIVOS	16
2.1 OBJETIVO GERAL.....	16
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	17
3.1 DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	17
3.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	20
3.3 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	25
4 METODOLOGIA	29
4.1 CONTEXTO E NATUREZA DA PESQUISA.....	29
4.2 INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO.....	30
4.3 COLETA DE DADOS.....	35
4.4 ANÁLISE DE DADOS.....	36
4.5 ASPECTOS ÉTICOS.....	38
5 RESULTADOS	39
6 DISCUSSÃO	48
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICE	68
ANEXOS	73

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no Brasil e ainda em vigência, sendo o único com atendimento universalizado para os estudantes do ensino básico matriculados em escolas públicas e filantropias. Tem como objetivo promover o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), por meio da oferta de uma alimentação de qualidade e quantidade suficiente (PEIXINHO, 2013; BRASIL, 2013).

O PNAE preconiza o desenvolvimento do estudante e a melhoria de seu rendimento escolar por meio da oferta de uma alimentação saudável de acordo com os hábitos alimentares regionais. Além disso, propõe a realização de práticas pedagógicas voltadas para alimentação saudável, tendo a educação nutricional como ferramenta de estímulo, sugerindo ainda a continua avaliação do estado nutricional dos escolares (ISSA et al., 2014; BRASIL, 2013).

Atualmente este programa tem grande abrangência no que se refere a aplicação de recursos financeiros e a cobertura populacional. Em 1995 havia um investimento de 590,1 milhões de reais para atender 33,2 milhões de alunos e em 2014 foi registrado um total de 3.693 milhões de reais investidos, chegando a atender 42,2 milhões de escolares (BRASIL, 2015).

Contudo, estudos mostram os desafios encontrados pelos gestores na utilização dos recursos e na implementação efetiva do programa, com destaque para: baixa efetividade do CAE no acompanhamento da fiscalização do programa, monotonia das refeições ofertadas desconsiderando a cultura alimentar, abordagem sobre a educação alimentar e nutricional no currículo escolar dificultando a formação de hábitos alimentares saudáveis, implementação do acompanhamento do estado nutricional, desenvolvimento da agricultura local, a intersetorialidade entre programas (PNAE, Programa, Saúde na Escola e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), adesão dos estudantes a alimentação escolar e ainda a baixa ou não complementação financeira dos recursos pelo município para melhor efetivação do programa (COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001; PIPITONE et al., 2003; STURION et al., 2005; PEIXINHO, 2008; CHAVES et al., 2008; BLEIL; SALAY; SILVA, 2009; TUPIN, 2009; BARROS et al., 2013; SARAIVA et al., 2013; BANDEIRA et al., 2013).

De acordo com Silva (2009, p. 9) “[...] é particularmente importante avaliar a implementação do PNAE em âmbito municipal, tendo em vista ser este um dos programas sociais alvo do processo de descentralização, na direção dos municípios”. Diante do exposto, este estudo parte da seguinte pergunta condutora: de que forma um município de pequeno porte executa o PNAE nas dimensões da gestão, controle social e eficiência nutricional?

Assim, considerando a importância de avaliar a gestão do programa, este estudo propõe a realização da avaliação do PNAE no município de Frei Martinho, PB, visando apontar as potencialidades, como também os possíveis entraves que possam vir a existir no programa, nas dimensões da gestão, controle social e eficiência nutricional na alimentação. Com isso permitir o desenvolvimento de estratégias que visam solucionar os problemas que possam ser identificados e contribuir para uma melhor execução do programa de forma que subsidie a realização de ações que garanta a SAN no ambiente escolar.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Frei Martinho.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Caracterizar a execução do PNAE segundo a dimensão da Gestão;
- ✓ Avaliar a atuação do Conselho de Alimentação Escolar de acordo com a dimensão de Participação e Controle social;
- ✓ Analisar a Eficiência Alimentar e Nutricional do PNAE em Frei Martinho.

3 REVISÃO BIBLIOGRAFICA

3.1 DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Direitos humanos (DH) são direitos que todos possuem, único e exclusivamente por terem nascido. Este direito foi promulgado em 1948 pela Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com os princípios que os regem, os DH são considerados universais, pois se destinam a todo e qualquer ser humano, independente de raça, cor da pele, sexo, religião, opção política e ideologia; inalienáveis, ou seja, são direitos intransferíveis e inegociáveis, não podendo ser cedidos voluntariamente, nem tirados ou subtraídos; são interdependentes e inter-relacionados pois a realização de um requer a garantia dos demais; e por fim são indivisíveis visto que os direitos civis e políticos, bem como os direitos econômicos, sociais e culturais são todos igualmente necessários para garantia de uma vida digna (BURITY; FRANCESCHINI; VALENTE, 2010).

Mediante ao conceito sobre direitos humanos, podemos nos referir inclusive a um direito à alimentação adequada que seja digna e completa para todos, tendo como objetivo atender as necessidades nutricionais de cada ser humano como também as demais necessidades que possa levar a estabilidade do estado físico, mental e social.

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) de 1966, faz-se referência ao direito de estar livre da fome, mas não se tinha uma definição exata ao direito à alimentação adequada, incluindo-o dentro das condições necessários para uma vida digna, tranquila e adequada. Por sua vez, em 1999, o comentário nº 12 do PIDESC, estabeleceu uma definição específica para o Direito Humano a Alimentação:

Realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser interpretado num sentido estrito ou restrito, que equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. O direito à alimentação adequada deverá ser resolvido de maneira progressiva. No entanto, o estado tem a obrigação precípua de implementar as ações necessárias para mitigar e aliviar a fome como estipulado no parágrafo 2 do artigo 11, mesmo em épocas de desastre, naturais ou não (CONTI,2009).

No ano 1992, o Brasil incorporou-se ao seguimento do PIDESC e assumiu a obrigação de respeitar, proteger, promover e prover esse direito, em articulação com os outros direitos humanos. Entretanto, somente em 2010 a emenda nº 64 aprovada pelo Congresso Nacional, inseriu o termo alimentação como sendo o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e direitos sociais de cada cidadão brasileiro, conforme o art. 6º:

São Direitos Sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção, a maternidade e à infância, a assistência aos desempregados, na forma desta constituição (BRASIL, 2012).

Porém cabe destacar que se pode falar em Direitos Humanos sem citar a exigibilidade, pois para a realização efetiva desses direitos é necessário que os cidadãos exijam o cumprimento. Sendo assim, é obrigação de cada Estado criar e disponibilizar de maneira acessível os mecanismos necessários para que todos os habitantes do seu território tenham a possibilidade de conhecer, compreender, exigir e reclamar seus direitos (BURITY; FRANCESCHINI; VALENTE, 2007).

Nessa perspectiva, em 2003, o governo brasileiro e a sociedade civil organizada por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), puderam contribuir na formulação, execução e acompanhamento das políticas voltadas ao DHAA, que no âmbito deste conselho foi instalada a Comissão Permanente de DHAA em 2004 (BRASIL, 2014; SIQUEIRA et al., 2014). Como resultado do trabalho desta comissão, aprovou-se a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), nº11.346, de 15 de setembro de 2006, com vistas em assegurar o DHAA por meio da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser implementado no nível da esfera federal e local. A partir de então as políticas e programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foram reconhecidos como o meio para a efetivação do DHAA, conforme o conceito abaixo:

Art. 3. A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Destaca-se ainda o Art. 5º da LOSAN (2006) que para o alcance do DHAA e SAN, é necessário o respeito à soberania alimentar. De acordo com Burlandy e Maluf

(2011) a soberania alimentar é caracterizada como o direito que os povos tem de estabelecerem as próprias estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos, respeitando a sua cultura alimentar. Esta tríade DHAA, SAN e soberania alimentar é fundamental na elaboração de novas propostas para a mudança do sistema de alimentação mundial no que se refere as problemáticas como a: violação da identidade cultural, a perda da biodiversidade e os riscos socioambientais decorrentes dos processos produtivos vigentes, e concentração de terras, sendo todos estes interligados ao consumo alimentar da população mundial.

Em meio ao exposto sabe-se que o Brasil é um dos maiores produtores de alimento do mundo. Porém, parte da população não tem acesso aos alimentos básicos com qualidade e em quantidade suficiente, se estabelecendo situações de insegurança alimentar e nutricional, que refletem violações no DHAA.

A violação do DHAA também pode ser representada pelo alto consumo de alimentos não saudáveis, podendo ser um processo maior agressivo, tendo em vista o alto risco de doenças crônicas não transmissíveis associadas a má alimentação (SIQUEIRA et al., 2014). Segundo Valente e Beghin (2006), o conceito de violação também pode relacionar-se a falha do poder público em cumprir suas obrigações no seguimento do conceito de DHAA.

Sendo assim, é de extrema importância que se obtenha investimento na formulação de políticas públicas que possibilitem mudanças estruturais juntamente com a política estratégica para a SAN, estando assim, dirigidas pelos princípios do DHAA, já que é um direito que está diretamente ligado a dignidade humana e à justiça social (Albuquerque, 2009). Com o interesse em garantir e promover o DHAA e SAN, o Brasil no decorrer dos anos estabeleceu a realização de políticas públicas para que estas consigam de tal forma atingir a população de maior vulnerabilidade social.

Entre as políticas que favorece o alcance para a SAN, destaca-se o PNAE, sendo o programa que possui uma intervenção governamental federal relacionada a alimentação e nutrição, e entre as políticas brasileiras é a mais antiga e ainda permanente no ambiente escolar (SPINELLI; CANESQUI, 2004). O PNAE, mesmo com processo de transição em andamento teve significativos avanços para garantia da SAN, uma vez que definiu a sua universalização, o incentivo aos hábitos saudáveis juntamente com ações de educação nutricional e apoiou a sustentabilidade como também reforçou os hábitos alimentares saudáveis, quando tornou obrigatório a compra de 30% gêneros alimentícios provenientes da AF. O programa ainda

estabeleceu a equidade pelo per capita e ampliou o número de representantes da sociedade civil nos Conselho de Alimentação Escolar. (BRASIL, 2013; SIQUEIRA, 2014)

3.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

O PNAE originou-se em 1954 e é considerado o programa mais antigo e ainda em vigência no País. Ao decorrer dos anos passou por grandes transformações de organização. Na década de 60, havia pouco recursos e o fornecimentos dos alimentos eram pouca efetivo sendo o programa sustentado por doações internacionais. Além disso, a administração do programa era centralizada, e conseqüentemente, não havia preocupação com a cultura e aceitabilidade da alimentação oferecida. Nesta época, o PNAE era coordenado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, e em seguida, pela Fundação de Assistência ao Estudante que atendia aos escolares entre 7 a 14 anos de idade. O programa era denominado Campanha de Merenda Escolar subordinado ao Ministério da Educação e cultura (MEC) (ARRUDA; ARRUDA, 2007; PEIXINHO, 2013).

Somente nos anos 70, os alimentos foram provenientes de compras nacionais, contudo, continuava a ser disponibilizados de forma centralizada. O programa se constituiu parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) que tinha como objetivo suplementar pré-escolares, como também o intuito de interagir com vários ministérios, e assim estimular a produção de produtos básicos e adquirir gêneros alimentícios de pequenos produtos, porém, não obteve êxito pela falta de apoio político e orçamentário como também a falta de implementação de ações. Somente em 1979 passou a se denominar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (PEIXINHO, 2013).

No ano de 1988, o Brasil dá um passo à frente e a Constituição Federal promulga no inciso VII do artigo 208, o direito universal a alimentação escolar aos alunos de ensino fundamental da rede pública (BRASIL,1988). O grande avanço do programa ocorreu em 1994, perante a promulgação da Lei nº 8.913, a qual possibilitou a administração do programa de forma descentralizada, por meio de convenio, o que possibilitou o repasse de recursos em parcelas, ao Distrito Federal, Estados e Municípios para execução do programa que passou a ser incorporado ao Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) vinculado ao Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2014).

A descentralização buscou caminhos que levassem a uma eficiência e eficácia das ações aos entes federativos, com o objetivo de facilitar a participação social. Embora as compras institucionais descentralizadas tenham mostrado inúmeras limitações, ainda abriram a possibilidade de inserção da pequena empresa, do comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária local. (PIPITONE et al., 2003; PEIXINHO, 2010). Continua, Belik e Chaim (2009, p. 597) a afirmar que:

A administração da alimentação escolar de forma descentralizada permitiu racionalizar a logística e os custos de distribuição dos produtos, além de viabilizar o oferecimento de uma alimentação escolar condizente com os hábitos da população nas diferentes localidades do País.

Além disso, para melhor efetividade e seguimento dos objetivos e diretrizes estabelecidas ao PNAE, bem como, para o controle da utilização desses recursos em nível local, na época, viu-se a necessidade de criar um conselho que fiscalizasse todo o andamento do programa diretamente nos municípios. E com esse intuito criou-se o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) que é tido como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento do PNAE/FNDE. A constituição do CAE é uma condição que a União estabelece para o recebimento dos recursos financeiros repassados pelo FNDE aos Estados, Municípios, e Distrito Federal (BRASIL, 2014).

A partir do ano 2000, a medida provisória nº 1979-19 reeditou o CAE quanto a composição, número e atribuições, obtendo os seguintes representantes:

I - Um representante do Poder Executivo, indicado pelo chefe desse poder; II - Um representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora desse Poder; III –dois representantes dos professores, indicados pelo respectivo órgão de classe; IV – dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de pais e mestres ou Entidades similares; V- um representante de outro segmento da sociedade local. (BRASIL, 2000)

Ainda de acordo com esta medida provisória, os membros do CAE terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, sendo as competências do Conselho definidas em:

I – acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE; II – zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas sanitárias, III – receber, analisar e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo,

as prestações de conta do PNAE encaminhadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios (BRASIL, 2000).

Destaca Belik e Chaim (2009, p. 597) que “A criação dos CAE por sua vez possibilitou aos membros da comunidade escolar uma maior proximidade em relação à gestão do PNAE. Dessa forma, contribuiu ainda mais para um melhor planejamento de ações do programa.

Em 2003, com a estratégia fome zero do governo federal, o PNAE começou a modificar-se estabelecendo novos critérios, estes objetivaram um caráter mais efetivo na gestão do programa relacionado o fortalecimento do CAE e as normativas para as ações dos nutricionistas como responsável técnico. Estas estratégias visavam ações educativas no processo ensino-aprendizagem, na promoção da saúde e da SAN (PEIXINHO,2013; BRASIL, 2014).

Assim, ainda em 2003 verificou-se a inserção obrigatória de um nutricionista como responsável técnico para alimentação escolar no Distrito Federal, Estados e Municípios. Atualmente, compete ao nutricionista respeitar as atribuições estabelecidas na Resolução CFN nº 465/2010:

I – Realizar diagnóstico e acompanhar o estado nutricional dos estudantes; II – planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida e a vocação agrícola da região, acompanhando desde a aquisição dos gêneros alimentícios, o preparo, a distribuição até o consumo das refeições pelos escolares; e III - coordenar e realizar, em conjunto com a direção e coma coordenação pedagógica da escola, ações de educação alimentar e nutricional (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2010).

Durante a Resolução nº 32/2006, somente os alunos da educação infantil e ensino fundamental da rede pública de ensino, poderiam ser atendidos pelo PNAE. Contudo outro grande avanço ocorreu no ano de 2009, com a Resolução nº 38 que tornou universal o atendimento do programa para os alunos da educação básica, ao ensino médio e aos jovens e adultos matriculados em escolas da rede pública, filantrópicas e em comunidades que estejam conveniadas ao poder público. Estipulou ser garantido o acesso a alimentação escolar aos alunos, mesmo em caso de irregularidade dos recursos para execução do programa, e julgou a educação nutricional como sendo um fator primordial para o alcance dos objetos do PNAE (BRASIL, 2006; BRASIL, 2009).

Os recursos repassados do FNDE para o programa devem ser utilizados unicamente para aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar, sendo de responsabilidade dos entes federativos (Município, Estado e Distrito Federal) assegurar a oferta da alimentação zelando pelo estado nutricional dos escolares, e se necessário, realizar a complementação financeira; deve ainda ter condições de realizar o processo licitatório e/ou aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar (AF) e/ou do Empreendedor Familiar Rural utilizando no mínimo 30% do repasse feito pelo FNDE possibilitando o crescimento local/regional (BRASIL, 2009; BRASIL, 2013).

Em relação ao volume dos recursos financeiros executados e o número de alunos atendidos, pode-se observar que no ano de 1995 o programa executou um total de 590,1 milhões de reais para atender 33,2 milhões de alunos, quanto que em 2014 passou a ser 3.693 milhões de reais e chegou a atender 42,2 milhões de escolares (BRASIL, 2015)

O PNAE atualmente, visa suprir no mínimo 20% das necessidades nutricionais dos alunos de escolas públicas, e especificamente 30% para alunos de comunidades indígenas e quilombolas e para o ensino integral 70%. Além disso, será elaborado um cardápio especial para os alunos que necessitem de atenção nutricional individualizada em virtude de estado ou de condição de saúde específica, sendo ainda realizado avaliação nutricional e demandas nutricionais diferenciadas (BRASIL, 2013).

Neste sentido, destaca-se a preocupação na elaboração dos cardápios, como uma estratégia de promoção a alimentação saudável no que se diz respeito a obrigatoriedade na inclusão, restrição ou proibição de determinados alimentos a partir da Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. Assim, para obtenção de uma maior oferta e adequação de micronutrientes, é obrigatória a disponibilidade de no mínimo três frutas e/ou hortaliças por semana (200g), é proibido incluir bebidas de baixo valor nutricional (ex: refrigerantes e sucos em pó), e é restrita a oferta de doces e/ou preparações doces em apenas duas vezes por semana (110 kcal/porção) e de alimentos com alta quantidades de gorduras, sal e açúcar. Esta mesma Resolução ainda dispõe das recomendações diárias para a alimentação escolar, a qual estabelece:

Art. 16. I – 10% (dez por cento) da energia total proveniente de açúcar simples adicionado; II 15 a 30% (quinze a 30 por cento) da energia total proveniente de gorduras totais; III - 10% (dez por cento) da energia total proveniente de

gordura saturada; IV - 1% (um por cento) da energia total proveniente de gordura trans; V- 400 mg (quatrocentas miligramas) de sódio per capita, em período parcial, quando ofertado uma refeições; VI - 600 mg (seiscentas miligramas) de sódio per capita, em período parcial, quando ofertado duas refeições; e VII – 1.400 mg (mil e quatrocentas miligramas) de sódio per capita, em período integral, quando ofertado três ou mais refeições. (BRASIL,2013)

Aborda-se no parágrafo único da Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, o desenvolvimento de ações que favoreçam o hábito da alimentação saudável e adequada nutricionalmente, se tratando sobre as ações de educação alimentar e nutricional na escola (BRASIL, 2013).

Nessa perspectiva a Portaria interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006 do Ministério da Saúde e da Educação, auxilia na promoção da alimentação saudável nas escolas tendo como prioridade as ações de educação alimentar e nutricional, incorporando o tema alimentação saudável no projeto político pedagógico da escola dando importância as experiências do cotidiano do aluno com a alimentação; estimular a interação do aluno com o alimento, utilizando de estratégias como a produção de hortas escolares para a realização de atividades com os mesmos, e os alimentos produzidos, utilizados na preparação da alimentação escolar. Pode-se ainda sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis (frutas, legumes e verduras). A escola deve ter construção de refeitórios adequados, favorecendo assim, às boas práticas para os serviços de alimentação, a garantir a segurança sanitária dos alimentos e das refeições. E por fim, realizar o monitoramento da situação nutricional dos escolares, que possibilitará confirmação das ações efetuadas. (BRASIL,2006)

No entanto, apesar de todas as mudanças do programa ao decorrer desses 60 anos de história, estudos ainda mostram resultado significativos das entidades executoras do PNAE sobre os inúmeros obstáculos que dificulta a realização do DHAA e da SAN objetivado pelo programa. Entre os desafios, encontra-se a baixa efetividade do CAE no acompanhamento de fiscalização do programa; a monotonia das refeições ofertadas, desconsiderando a cultura alimentar; inexistência no currículo escolar de abordagem sobre a educação alimentar e nutricional com incentivo de práticas alimentares saudáveis; entre outros. Desse modo, destaca-se a importância de avaliação do programa, no controle e acompanhamento das ações, com intuito de atingir a realização continua das normativas deste (COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001; PIPITONE et al., 2003; SOTELO; COLUGNATI; TADDEI, 2004; STURION et al., 2005).

3.3 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A avaliação de políticas pública é definida de acordo Ala-Harja e Helgason (2000) como sendo a avaliação dos resultados de um programa em relação aos objetivos propostos. Entretanto, ainda não se adquiriu um consenso em avaliar as políticas públicas, admitindo-se muitas definições. Costa e Castanhar (2003) aponta que, se a avaliação segundo outros autores é uma forma de mensuração, de julgamento e de valor, é preciso estabelecer, antes de tudo, os critérios de avaliação. No entanto, a aplicação dos critérios depende de operacionalização para identificação e quantificação dos resultados obtidos, podendo ser realizada a operacionalização por meio de indicadores.

A avaliação continua dos programas pode ser fundamental, como instrumento de alcance de melhores resultados, proporcionando um melhor controle dos recursos. Dessa forma, fornece aos gestores de programas dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes para uma gestão pública mais eficaz (COSTA; CASTANHAR, 2003).

Diante disso, a avaliação da execução do PNAE se mostra importante, por possibilitar um melhor conhecimento sobre o andamento e efetividade deste programa. Neste contexto, com o intuito de uma avaliação aprofundado do funcionamento do PNAE, a Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN) realizou a primeira pesquisa nacional em 697 municípios sobre o “consumo alimentar e perfil nutricional de escolares, modelos de gestão e de controle social do PNAE” no ano de 2007 que envolveu vários ministérios: Ministérios da Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Saúde e Ciência e Tecnologia, dentre outras instituições. Porém, os resultados oficiais ainda não foram divulgados oficialmente (GALANTE et al., 2009).

Considerando-se então a insuficiência de estudos avaliativos sobre o PNAE com o objetivo de melhoria na execução do programa, o FNDE estabeleceu em 2007, parceria com instituições federais de ensino superior e construiu centros de ensino, pesquisa e extensão atuantes nas cinco regiões brasileira. Estes centros denominam se Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) que servem de apoio técnico e operacional aos estados e municípios na implementação da

alimentação saudável nas escolas, como também pode favorecer a realização de pesquisas na área da alimentação escolar (REBRAE, 2014).

Diante do exposto, a maioria dos estudos validados, apontam para uma avaliação dos pareceres conclusivos que o FNDE disponibiliza. Contudo, a mais recente avaliação do PNAE realizada pelo FNDE, referiu-se à composição nutricional da alimentação escolar no Brasil por meio das amostras dos cardápios ofertados em 2011 (BRASIL, 2014).

Em 2004 o FNDE convocou o Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a inserir no questionário do censo escolar um conjunto de questões referentes ao PNAE. Estas questões deram prioridade a capacitação das auxiliares da alimentação escolar, a interação do PNAE com outros órgãos públicos, adequação nutricional e incremento dos cardápios e o incentivo aos hábitos alimentares saudáveis por meio das ações educativas.

A despeito da importância desse levantamento perante a carência de dados nacionais sobre o Programa, deve-se levar em consideração a fragilidade do método e, conseqüentemente, dos resultados, os quais necessitam de contínua revisão e amadurecimento (GABRIEL, 2013, p. 23).

No entanto, a literatura aponta investigações que contempla apenas as atividades ou ações específicas do programa mediante suas diretrizes e alguns estudos realizados em municípios e Estados brasileiros e aborda sobre o processo de descentralização do PNAE (SPINELLI; CANESQUI 2002, 2004; SANTOS et al., 2007).

A região Nordeste destaca-se como a região que mais se investiga a atuação do PNAE, entretanto, com baixa eficácia e eficiência do programa, principalmente por problemas na qualidade, no controle e no monitoramento da alimentação perante a falta de equipamentos e utensílios (SPINELLI; CANESQUI, 2004; COSTA, 2004). Em contraponto, pesquisa realizada em um município da região Sul, o PNAE se mostrou satisfatório, porém, com carência em abordar à educação alimentar nas escolas (BITTENCOURT, 2007). Por sua vez, a atuação da gestão municipal do PNAE pelas prefeituras ganhadoras do “Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar” de 2004 e 2005, apresentou um ótimo envolvimento de diferentes setores, como a Entidade Executora no efetivo repasse, a colaboração educacional e principalmente a participação da sociedade civil através dos CAE (BELIK; CHAIM, 2009).

Quanto ao CAE, este ainda se encontra com carência de estudos sobre sua atuação. Em pesquisa realizada em Santa Catarina referente ao CAE, classificou 22% dos conselhos como adequados, que obteve critério de avaliação as atribuições previstas em legislação (GABRIEL et al., 2013).

De acordo com Saraiva et al (2013), em pesquisa feita nas regiões do Brasil, constatou que apenas 47,4% dos municípios adquiriram alimentos da agricultura familiar para o PNAE e o percentual de compra nestes municípios foi, em média, de 22,7%, sendo a região sul com maior percentual (71,3 %) e a região Centro-Oeste com menor percentual (35,3%). A justificativa para o não atendimento dos 30% de compra da agricultura familiar, que se constitui de acordo com os relatos, ao não fornecimento regular e constante estabelecidos por: falta de interesse dos agricultores, demora da Prefeitura em elaborar a chamada pública, os agricultores já haviam destinado todos os gêneros para o Programa de Aquisição de Alimentos, dentre outros limites (SARAIVA et al., 2013).

Estudo apresentado por Bandeira et al. (2013) no ano 2009 com análise em todo o Brasil com 4.256 pareceres conclusivos dos CAE sobre a execução do PNAE, demonstra que apenas 4,9% dos pareceres afirmaram realizar a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar. Esse estudo ainda revelou que 24,4% das localidades, não possuíam contrapartida da entidade executora na compra de gêneros alimentícios, e a maioria dos pareceres (78,7%) apresentou assinatura somente de um conselheiro.

Quanto as condições higiênico-sanitárias estudos apontam para inadequação, sendo necessária implantação de boas práticas de manipulação com capacitações contínuas para as auxiliares da alimentação escolar e ainda destaca que se faz importante ajustes nas estruturas físicas dos ambientes que elaboram as refeições (CAMPOS 2009; BRITO, 2011).

No que se refere a alimentação oferecida aos escolares, estudos observaram que os cardápios não atendiam as recomendações nutricionais estabelecidas pelo PNAE, encontrando ainda baixa oferta de frutas e hortaliças (PECORARI, 2006; FLÁVIO et al., 2008; SILVA; GREGÓRIO, 2012; GABRIEL et al., 2012). Em relação a adesão dos estudantes ao PNAE, os estudos variam no critério de análise sobre consumo de frequência da alimentação escolar. Assim, utilizando como base o consumo diário da alimentação escolar, a pesquisa realizada em âmbito nacional,

em dois municípios de cada região do país, observou uma adesão de 46% dos alunos que consomem alimentação servida na escola (STURION et al., 2005).

Diante do exposto, observa-se a necessidade de avaliações continua em âmbito municipal que possibilitaram uma melhor efetividade do PNAE. Por se tratar de avaliações de programas, Costa (2004) destaca à ausência da utilização de indicadores para a mensuração da efetividade pelos gestores do PNAE e o desconhecimento da comunidade escolar em relação à gestão e operacionalização do Programa. Sendo assim, atualmente alguns estudos se apresentam com propostas metodológicas voltadas para estruturação de dimensões avaliativas e indicadores, que juntos possibilitará a avaliação específica e completa do PNAE para alcance efetivo das diretrizes do programa (SILVA, 2009; CARVALHO, 2012; SOARES, 2012; GABRIEL, 2013).

4 METODOLOGIA

4.1 CONTEXTO E NATUREZA DA PESQUISA

O presente estudo faz parte de um projeto maior intitulado “Chamada Nutricional com escolares da rede municipal de Frei Martinho/PB”, iniciado em maio de 2014. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), este município apresenta área de 244,317 Km² e possui atualmente 2.933 habitantes. Localiza-se no semiárido nordestino, no estado da Paraíba e especificamente na Mesorregião do Planalto da Borborema e Microrregião do Seridó Paraibano.

A chamada nutricional realizada neste município teve como objetivo avaliar o estado nutricional e a adesão à alimentação escolar de todos os escolares menores de 18 anos, devidamente matriculados na rede municipal de ensino e conseqüentemente atendidos pelo PNAE no ano de 2014. Esta pesquisa de campo contou com 363 alunos avaliados.

Além da avaliação do escolar, este projeto também teve como intuito avaliar a execução do PNAE em Frei Martinho. Esta investigação contou com a participação da Entidade Executora (EE), representada pela Secretária de Educação e da sociedade civil, por meio dos seis membros do Conselho de Alimentação Escolar. Além disso, contou-se com o apoio e a participação dos diretores e auxiliares da alimentação escolar de duas escolas da zona urbana e duas escolas da zona rural existentes no município (Creche Antônia Jardelina da Silva, Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) Eliete Souza de Araújo Silva, EMEF Joaquim Domingos de Moura e EMEF João Fernandes Falcão, respectivamente).

Este estudo é do tipo avaliativo e tem como intuito a investigação do desenvolvimento de programas ou políticas públicas, visando identificar potencialidades e entraves na execução destes, possibilitando então o desenvolvimento de novas estratégias para o alcance das diretrizes, ou sua manutenção caso os registros das atividades sejam favoráveis (CARVALHO, 2003; COSTA; CASTANHAR, 2003; CHAVES; SAMPAIO, 2008).

4.2 INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

Realizou-se este estudo por meio da aplicação de uma matriz de indicadores para a avaliação do PNAE em âmbito municipal, segundo o método apresentado por Silva (2009) elaborado por meio das etapas descritas a seguir:

1. revisão das metodologias utilizadas em estudos e pesquisas voltadas para a avaliação do PNAE;
2. verificação das expectativas sobre a avaliação do programa, junto aos diferentes agentes envolvidos na gestão, execução e controle social do PNAE no município, como também o público beneficiário;
3. construção de uma imagem-objetivo para a implementação do Programa em nível municipal;
4. seleção e construção de indicadores, assim como a definição das formas de obtenção, parâmetros e pontuação de cada um deles, os meios de verificação e o plano de análise dos resultados finais;
5. socialização e revisão do protocolo de indicadores;
6. teste de verificação da aplicabilidade dos instrumentos de coleta de dados (SILVA, 2009, p. 49).

Estes indicadores foram construídos a partir da normatização oficial do PNAE, que segundo a autora pôde ser agrupada em três dimensões de análise: Gestão, Participação e Controle Social; e Eficiência Alimentar e Nutricional.

A dimensão da Gestão refere-se ao conjunto de fatores administrativos, técnicos e financeiros que incidem na decisão e na implementação do PNAE, e envolve aspectos referentes aos recursos humanos, físicos e financeiros disponível para a execução deste programa, bem como avalia a adequação da gestão avaliada às normas vigentes.

A dimensão de Participação e Controle Social se destina à avaliação do exercício de atuação da participação social representado pelo CAE no controle de acompanhamento das ações de implementação do programa.

Por fim, a dimensão de Eficiência Alimentar e Nutricional está relacionada ao planejamento do cardápio de forma a atender às necessidades nutricionais dos escolares, as condições físicas adequadas das unidades escolares, a adesão do aluno a alimentação escolar, a prática de atividades voltadas para educação nutricional, bem como a operação do programa de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo PNAE.

Para a avaliação de cada uma das dimensões Silva (2009) propõe um conjunto de 28 indicadores, sendo doze relativos à dimensão de Gestão, seis à Participação e Controle social e dez indicadores referentes à dimensão Eficiência Alimentar e Nutricional.

Os indicadores são medidas-síntese que contêm informação relevante sobre determinados atributos, podendo subsidiar o planejamento ou monitoramento de políticas públicas. Em conjunto, os indicadores devem refletir a situação de determinada população ou programa, e assim auxiliar nas atividades de planejamento público de políticas nas diferentes esferas de governo (JANNUZZI, 2002; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2008).

Os quadros a seguir apresentam os indicadores adotados neste estudo, segundo dimensão de análise. Para cada indicador são especificados os critérios ou parâmetros de avaliação adotados, bem como a pontuação atribuída para o alcance ou não destes.

Quadro 1 – Matriz de indicadores para avaliação do PNAE em âmbito municipal na dimensão da gestão

Indicador	Formula ou critério	Parâmetro (pontuação)
1	Regularidade no repasse dos recursos do FNDE para o município	Liberação das dez parcelas mensais transferidas pelo FNDE à entidade executora, entre os meses de fevereiro a novembro, até o último dia útil de cada mês Sim (10) Não (0)
2	Existência de complementação financeira por parte do município na implementação do PNAE	Enunciação do gestor máximo sobre a existência de complementação financeira na implementação do PNAE Sim (10) Não (0)
3	Avaliação do volume de recursos repassados ao município pelo FNDE	Enunciação avaliativa do gestor máximo quanto ao volume de recursos repassados Satisfação total (10) Satisfação regular (5) Insatisfação (0)
4	Avaliação da gestão do PNAE no município pelo CAE	Enunciação avaliativa do CAE a respeito da gestão do PNAE no município $\geq 75\%$ satisfação total (10) $<75\%$ $\geq 50\%$ satisfação total (5) $<50\%$ satisfação total (0)
5	Existência de uma equipe responsável pela gestão do PNAE no município	Enunciação do gestor máximo sobre a existência de uma equipe responsável pela gestão do PNAE no município Sim (10) Não (0)
6	Percentual de fornecedores de gêneros alimentícios oriundos da localidade e/ou estado	Número de fornecedores oriundos da localidade e/ou estado $\times 100 \div$ total de fornecedores que atendem o PNAE no $\geq 75\%$ dos fornecedores (10) $<75\%$ $\geq 50\%$ dos fornecedores (5) $<50\%$ dos fornecedores (0)
7	Existência de um sistema efetivo de monitoramento da distribuição de gêneros alimentícios às unidades escolares	Enunciação sobre a existência de um sistema efetivo de monitoramento capaz de controlar a distribuição de gêneros alimentícios às unidades escolares Existência de um sistema efetivo (10) Existência de um sistema não efetivo (5) Ausência de um sistema (0)
8	Enunciação avaliativa dos diretores das unidades escolares a respeito das possibilidades de gestão do PNAE	Questionar aos diretores sobre as possibilidades de gestão do PNAE nas escolas $\geq 75\%$ satisfação total (10) $<75\%$ $\geq 50\%$ satisfação total (5) $<50\%$ satisfação total (0)
9	% de diretores de escolas que referem conhecer as normas e metas do PNAE	Número de diretores com respostas positivas $\times 100 \div$ total de diretores entrevistados $\geq 75\%$ de respostas positivas (10) $<75\%$ $\geq 50\%$ de respostas positivas (5) $< 50\%$ de respostas positivas (0)
10	Percentual de escolas onde há auxiliares de alimentação escolar e a relação com os turnos de atuação	Número de escolas onde há auxiliares de alimentação escolar em pelo menos 2 turnos $\times 100 \div$ total de unidades escolares avaliadas $\geq 75\%$ das escolas (10) $< 75 \geq 50\%$ das escolas (5) $< 50\%$ das escolas (0)
11	% de membros do CAE que referem serem os gêneros alimentícios distribuídos às escolas exclusivamente utilizados na alimentação escolar	Número de conselheiros do CAE com respostas positivas $\times 100 \div$ total de membros do CAE entrevistados $\geq 75\%$ das escolas (10) $< 75 \geq 50\%$ das escolas (5) $< 50\%$ das escolas (0)
12	Média de dias de fornecimento das refeições nas escolas atendidas pelo PNAE durante o período letivo	Soma do número de dias de fornecimento da refeição escolar, durante o período letivo, em cada uma das escolas atendidas pelo programa \div total de unidades escolares avaliadas Média de atendimento ≥ 200 dias letivos/ano (10) Média de atendimento $< 199 - \geq 180$ dias letivos/ano (5) Média de atendimento < 180 dias letivos/ano (0)

Fonte: Silva (2009)

Quadro 2 – Matriz de indicadores para avaliação do PNAE em âmbito municipal na dimensão da Participação e controle social,

	Indicador	Formula ou critério	Parâmetro (pontuação)
13	Existência de marco legal para atuação do CAE	Enunciação do presidente do CAE sobre a existência de regimento interno	Sim (10) Não (0)
14	Frequência anual de reuniões do CAE	Número de reuniões do CAE ao longo do ano letivo	≥ 5 reuniões ao ano (10) 2 - 4 reuniões ao ano (5) ≤ 1 reunião ao ano (0)
15	Percentual de membros do CAE que referem conhecer as normas e metas do PNAE	Número de membros do CAE com respostas positivas × 100 ÷ total de membros do CAE entrevistados	≥ 75% de respostas positivas (10) <75-≥ 50% de respostas positivas (5) < 50% de respostas positivas (0)
16	Percentual de membros do CAE que referem adequação quanto às condições oferecidas pelo município na viabilização de suas atividades	Número de membros do CAE que referem adequação × 100 ÷ total de membros do CAE entrevistados	≥ 75% de respostas positivas (10) <75-≥ 50% de respostas positivas (5) < 50% de respostas positivas (0)
17	Percentual de membros do CAE capacitados para a supervisão da qualidade da alimentação escolar	Número de membros do CAE capacitados × 100 ÷ total de membros do CAE	≥ 75% dos membros (10) < 75 - ≥ 50% dos membros (5) < 50% dos membros (0)
18	% de unidades escolares visitadas pelo CAE nos últimos dois anos	Número de escolas visitadas pelo CAE nos últimos 2 anos × 100 ÷ total de unidades escolares avaliadas	≥75% das unidades (10) < 75 - ≥50% das unidades (5) < 50% das unidades (0)

Fonte: Silva (2009)

Quadro 3 – Matriz de indicadores para avaliação do PNAE em âmbito municipal na dimensão da eficiência alimentar e nutricional

Indicador	Formula ou critério	Parâmetro (pontuação)	
19	Percentual de escolas em condições desejáveis para o armazenamento, preparo e distribuição da alimentação escolar	Número de escolas com condições desejáveis $\times 100 \div$ total de unidades escolares avaliadas	$\geq 75\%$ das escolas (10) $< 75 \geq 50\%$ das escolas (5) $< 50\%$ das escolas (0)
20	Adequação do número de nutricionistas alocados na SME para o PNAE, segundo o número de estudantes e modalidade de ensino	Número de nutricionistas por número de estudantes, por modalidade de ensino, segundo a resolução CFN no 358/2005	Adequado (10) Inadequado (0)
21	Percentual de escolas visitadas por nutricionistas no ano de referência	No de escolas visitadas por pelo menos um dos nutricionistas da EE no último ano $\times 100 \div$ total de unidades avaliadas	$\geq 75\%$ das escolas (10) $< 75 \geq 50\%$ das escolas (5) $< 50\%$ das escolas (0)
22	Percentual de escolas onde ocorreu avaliação nutricional	Número de escolas onde houve avaliação nutricional dos estudantes nos últimos 3 anos $\times 100 \div$ total de unidades avaliadas	$\geq 75\%$ das escolas (10) $< 75 \geq 50\%$ das escolas (5) $< 50\%$ das escolas (0)
23	Percentual auxiliares de alimentação escolar capacitadas para exercer as suas funções	Número de profissionais capacitados $\times 100 \div$ total de auxiliares de alimentação escolar no município	$\geq 75\%$ das auxiliares (10) $< 75 - \geq 50\%$ das auxiliares (5) $< 50\%$ das auxiliares (0)
24	Percentual de escolas que referem executar o cardápio proposto pela entidade executora para a alimentação escolar	Número de escolas que referem executar os cardápios propostos nos últimos 30 dias $\times 100 \div$ total de unidades escolares avaliadas	$\geq 75\%$ das escolas (10) $< 75 \geq 50\%$ das escolas (5) $< 50\%$ das escolas (0)
25	Avaliação da adequação qualitativa dos cardápios propostos pela entidade executora	Utilização do método de Avaliação Qualitativa das Preparações do Cardápio (AQPC) adaptado	$\geq 75\%$ dos itens de avaliação adequados (10) $< 75 - \geq 50\%$ dos itens de avaliação adequados (5) $< 50\%$ dos itens de avaliação adequados (0)
26	Avaliação da adequação qualitativa dos cardápios oferecidos nas unidades escolares	Utilização do método de Avaliação Qualitativa das Preparações do Cardápio (AQPC) adaptado	$\geq 75\%$ das unidades escolares avaliadas com adequação dos cardápios (10) $< 75 - \geq 50\%$ das unidades escolares avaliadas com adequação dos cardápios (5) $< 50\%$ das unidades escolares avaliadas com adequação dos cardápios (0)
27	Existência de iniciativas e atividades educativas de relevância para a alimentação escolar	Enunciação dos diretores sobre a existência destas iniciativas e atividades nas unidades escolares	$\geq 75\%$ (10) $< 75 - \geq 50\%$ (5) $< 50\%$ (0)
28	Adesão dos escolares ao PNAE	% de escolares que referem consumir a alimentação escolar três ou mais vezes na semana	$\geq 75\%$ (10) $< 75 - \geq 50\%$ (5) $< 50\%$ (0)

Fonte: Silva (2009)

4.3 COLETA DE DADOS

A coleta dos dados deste estudo aconteceu no segundo semestre de 2014, precisamente no mês de agosto no município de Frei Matinho/PB. Esta investigação abrangeu as escolas municipais e seus respectivos gestores, como também os atores da sociedade civil que estão inseridos no PNAE por meio do CAE e da gestão municipal do programa, bem como, a secretária de Educação.

A estratégia para obtenção de todos os dados necessários para a avaliação do programa, contemplou visitas técnicas realizada por duas pesquisadoras nos diferentes espaços de funcionamento do PNAE.

A coleta de dados referente aos 28 indicadores que fazem parte da matriz foi realizada com base em diferentes formulários. Para 24 indicadores foram utilizados quatro formulários propostos por Silva (2009). O primeiro formulário é destinado a EE (Anexo A) e o segundo ao gestor do programa (Anexo B). Os dois foram respondidos pela Secretária de Educação e abordaram questões sobre: a administração do programa; número de escolares atendidos; a adequada utilização dos gêneros alimentícios e fornecimento destes; questões relacionadas ao responsável técnico (nutricionista) quanto ao seguimento das atribuições do mesmo; dentre outras informações.

O terceiro formulário se destina aos seis membros do CAE (Anexo C), dispendo de questões voltadas para os deveres dos mesmos quanto ao monitoramento e fiscalização das ações do programa, assim como, a satisfação destes conselheiros com o PNAE, no que diz respeito a gestão no município.

Quanto ao quarto formulário (Anexo D), este tem como tipo de informante chave os diretores de todas as unidades escolares, localizadas na zona rural e urbana. As diretoras relataram seu conhecimento sobre a legislação vigente do PNAE, como também informaram a frequência de atividades educativas voltadas para alimentação escolar, a realização de avaliação antropométrica por iniciativa da nutricionista do programa, a carga de trabalho das merendeiras, dentre outros aspectos.

Na dimensão Eficiência Alimentar e Nutricional para a avaliação do indicador 19 (Percentual de escolas com condições desejáveis para o armazenamento, preparo e distribuição de alimentação escolar), foi adotado um *check list* sobre condições higiênicas sanitárias (Anexo E) (FIGUEIREDO 2007; SILVA 2009). Sendo este aplicado a todas as escolas e a creche do município de Frei Martinho. O instrumento

foi preenchido pela observação do próprio pesquisador com o apoio e contribuição das auxiliares da alimentação escolar.

Ainda neste tocante, os indicadores 25 e 26, que se referem a avaliação da adequação qualitativa dos cardápios servidos nas escolas avaliadas, foi utilizado um roteiro de acordo com método de avaliação da qualidade das preparações dos cardápios (AQPC) proposto Veiros e Proença (2003) e adaptado (Anexo F). Este roteiro serviu como base para o pesquisador avaliar os cardápios das unidades escolares.

Por fim, para o indicador 28 (Adesão à Alimentação escolar) foram utilizados os resultados da pesquisa “Chamada Nutricional com escolares da rede municipal de Frei Martinho/PB”, efetuada anteriormente (DANTAS, 2015).

4.4 ANÁLISE DE DADOS

Após a coleta dos dados, os indicadores 19, 25 e 26, foram analisados individualmente para obtenção de um resultado prévio, para em seguida serem avaliados segundo a matriz de indicadores e seus respectivos parâmetros.

No caso do indicador 19 (Percentual de escolas com condições desejáveis para o armazenamento, preparo e distribuição de alimentação escolar), que teve como meio de coleta de dados o *check list*, composto por respostas do tipo sim ou não. Realizou-se a análise do mesmo segundo estudo apresentado por Gabriel (2014) o qual utilizou a classificação de desempenho Bom, quando o somatório de respostas “Sim” de cada escola alcançou $\geq 75\%$ dos itens avaliados, e desempenho Ruim quando apresentaram $< 75\%$. Assim, o desempenho “Bom” indica que determinada escola está em condições desejáveis para o armazenamento, preparo e distribuição da alimentação escolar.

Para a análise do indicador 25 (Avaliação da adequação qualitativa dos cardápios propostos pela Entidade Executora) foi disponibilizado pela nutricionista do município o cardápio do mês de abril (ANEXO G) e avaliado apenas os dias de atendimento ao programa, eliminando dias feriados e/ou eventuais dias de pontos facultativos. A análise foi realizada de acordo com os critérios estabelecidos segundo as diretrizes da legislação do PNAE pela Resolução nº 38 de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação

básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Assim, foram estabelecidos 9 critérios de qualidade:

- ✓ Presença de preparações cozidas e assadas;
- ✓ Ausência de preparações fritas;
- ✓ Restrição de preparações ou alimentos doces (duas porções por semana);
- ✓ Presença diária de alimentos ricos em proteína;
- ✓ Presença diária de alimentos com gordura Insaturada;
- ✓ Presença de frutas (oferta mínima de três vezes semanais);
- ✓ Presença de folhosos (oferta mínima de três vezes semanais);
- ✓ Ausência de bebidas de baixo valor nutricional;
- ✓ Ausência da monotonia de cores;

O método AQPC foi aplicado considerando primeiro a avaliação dos cardápios diários; em seguida os semanais; e por fim a avaliação dos cardápios mensais. A avaliação mensal agrupou os dados semanais e, posteriormente, estes foram tabulados em adequados e inadequados de acordo com os critérios avaliativos mencionados anteriormente. Desse modo, realizou-se o somatório da quantidade de itens adequados de cada cardápio proposto e obteve-se a porcentagem de itens adequados referente a cada cardápio proposto.

Logo em seguida, analisou-se o indicador 26 (Avaliação da adequação qualitativa dos cardápios oferecidos nas unidades escolares) e fez-se o somatório das porcentagens dos cardápios individuais e dividiu pelo número de cardápios ofertados pela Entidade Executora para a obtenção da porcentagem global.

Os indicadores foram analisados e avaliados tendo como base seus respectivos parâmetros. Estes podem apresentar um valor máximo de dez pontos, um valor intercalado de cinco pontos e um valor mínimo de zero, o que classifica o alcance do critério de sucesso estabelecido para cada indicador (Quadros 1, 2 e 3 apresentados anteriormente).

Em seguida, somaram-se as pontuações do conjunto dos indicadores referentes a cada dimensão apresentada. A pontuação máxima que pode ser alcançada como resultado do somatório dos indicadores de cada dimensão é de 120 pontos na dimensão de Gestão; 60 pontos em Participação e Controle Social, e 100 pontos para a dimensão de Eficiência Alimentar e Nutricional.

Após o resultado do somatório de pontos de cada dimensão foi avaliado por meio de uma escala de quatro categorias de classificação que descrevem a qualidade da implementação do programa (quadro 4).

Quadro 4 - Escala de categorias para análise dos resultados obtidos na aplicação da matriz de indicadores

Categorias	Pontuação	Descrição
DESEMPENHO ÓTIMO	Atinge >75% do total de pontos possíveis em cada uma das dimensões	Significa dizer que o PNAE no município atinge a maior parte dos resultados esperados para as dimensões avaliadas, convergindo para uma implementação que favorece o alcance dos resultados processuais e finalísticos.
DESEMPENHO SATISFATÓRIO	Atinge > 50% a < 75% do total de pontos possíveis em pelo menos uma das dimensões	Significa dizer que o PNAE no município atinge parcialmente os resultados esperados em pelo menos uma das dimensões avaliadas, o que pode dificultar a o alcance dos resultados processuais e finalísticos.
DESEMPENHO INSATISFATÓRIO	Atinge >26% a < 49% do total de pontos possíveis em pelo menos uma das dimensões	Significa dizer que o PNAE no município atinge minimamente os resultados esperados em pelo menos uma das dimensões avaliadas, o que torna insuficiente o alcance dos resultados processuais e finalísticos.
SEM DESEMPENHO	Atinge < 25% do total de pontos possíveis em pelo menos uma das dimensões	Significa dizer que a implementação do PNAE no município não alcança resultados processuais e finalísticos.

Fonte: Silva (2009).

4.5 ASPECTOS ÉTICOS

Para a realização desta avaliação solicitou-se uma autorização do município, mais precisamente da Secretaria de Educação, por meio de um termo de aceite, no qual consta todas as informações necessárias quanto a realização da pesquisa proposta e foi devidamente assinado pela gestora da secretaria municipal de educação (Apêndice A).

Em continuidade, de acordo com os aspectos éticos a considerar a exigência do Conselho de Saúde segundo a Resolução 466/2012 (BRASIL, 2012), esse estudo faz parte de uma pesquisa anteriormente realizada que conseqüentemente foi submetido à apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Alcides Carneiro, CAAE: 30571913.9.0000.5182, tendo em vista a realização de entrevistas com humanos para a avaliação da adesão à alimentação escolar.

5 RESULTADOS

Neste estudo foi analisada a execução do PNAE no município de Frei Martinho-PB considerando cada uma das dimensões e seus respectivos indicadores. Ao analisar o conjunto de dimensões estudadas, a execução do programa no município classificou-se com desempenho satisfatório, tendo em vista que atingiu parcialmente os resultados esperados em pelo menos uma das dimensões avaliadas, segundo a escala de desempenho apresentada na metodologia proposta (Tabela 1).

Tabela 1: Resultado global da avaliação do Programa Nacional de Alimentação escolar nas dimensões da Gestão, da Participação e Controle Social; e da Eficiência Nutricional no município de Frei Martinho/PB, 2014

Dimensão	Pontuação*	Porcentagem	Desempenho
Gestão do PNAE¹	105 pontos	87,5%	Ótimo
Participação e controle social do PNAE	60 pontos	100%	Ótimo
Eficiência alimentar e nutricional do PNAE	65 pontos	65%	Satisfatório

Fonte: Dados coletados em Frei Martinho, Brasil, em agosto de 2014.

* Pontuação máxima a ser alcançada nas dimensões: 120 pontos, 60 pontos e 100 pontos, respectivamente; ¹Programa Nacional de Alimentação Escolar

Com a finalidade de analisar os resultados de cada dimensão e seus indicadores, a seguir são apresentadas três tabelas que demonstram o desempenho atingido por cada indicador segundo dimensão de análise.

Na Tabela 2 encontra-se a dimensão relacionada com a gestão do PNAE. De acordo com os dados obtidos o município alcançou um percentual global de desempenho acima de 75% (87,5%), ou seja, desempenho Ótimo. Assim ao observar a tabela abaixo, pode-se verificar a avaliação positiva para maioria dos indicadores (1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11 e 12).

No tocante ao Indicador 2 cabe destacar que o município atua com uma contrapartida financeira de até 50% do repasse feito pelo FNDE, informação relatada pela gestora. Neste sentido, a mesma considera o volume dos recursos ofertados pelo FNDE ainda insatisfatório (indicador 3) e ressalta que, caso esta contrapartida financeira não ocorresse poderia resultar em maiores dificuldades para atender a demanda e seguir as diretrizes estabelecidas pelo PNAE.

Tabela 2: Resultados obtidos nos indicadores que compõem a matriz de análise da Avaliação do Programa Nacional de Alimentação escolar na dimensão Gestão, Frei Martinho/PB, 2014.

Dimensão 1 – Gestão			
Indicadores	Resultado	Pontuação obtida	
1 Regularidade no repasse do FNDE ¹	Sim	10	
2 Complementação financeira do município para o PNAE ³	Sim	10	
3 Avaliação do gestor do programa no município sobre o volume dos recursos repassados pelo FNDE ¹	Insatisfeito	0	
4 Avaliação da gestão do PNAE ³ pelo CAE ²	83,3%	10	
5 Existência de uma equipe responsável pela gestão do PNAE ³ no município	Sim	10	
6 Fornecedores de gêneros alimentícios oriundos do município/Estado	100%	10	
7 Existência de um sistema de monitoramento de distribuição dos gêneros alimentícios as escolas	Sim	10	
8 Avaliação dos diretores escolares sobre a gestão do PNAE ³	75%	10	
9 Diretores escolares que referem conhecer as normas do programa	75%	10	
10 Escolas onde há auxiliares da alimentação escolar	50%	5	
11 Percentual de membros do CAE ² que referem que os gêneros alimentícios são distribuídos exclusivamente as escolas	100%	10	
12 Média de dias de fornecimento das refeições nas escolas atendidas pelo PNAE ³ durante o ano letivo	240 dias	10	
Total em pontos obtidos*		105	
Percentual de desempenho global		87,5%	

Fonte: Pesquisa de campo* Pontuação máxima a ser alcançada na dimensão: 120 pontos; ¹Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; ² Conselho de Alimentação Escolar; ³Programa Nacional de Alimentação Escolar

A gestão do município tenta seguir a legislação do programa, uma vez que todos os fornecedores de gêneros alimentícios são oriundos do município/Estado (indicador 6). Quanto a agricultura familiar (AF), com o intuito de beneficiar os produtores locais realizou-se uma tomada de preços com os feirantes da cidade (no ano da pesquisa), onde os três menores preços foram fixados para vender frutas e verduras à alimentação escolar, sendo estes itens comprados com a contrapartida do município.

Ainda se obtém o fornecimento de polpa de frutas por uma cooperativa do município vizinho (Picuí), sendo este o único produto que apresenta o selo de qualidade, que é indispensável para a prestação de contas da utilização do recurso oriundo do FNDE. Mesmo diante deste esforço, o município não consegue atender a compra mínima de 30% dos produtos referentes a agricultura familiar, pela falta de diversidade dos produtos disponíveis na região. Quanto aos alimentos perecíveis e

não perecíveis, as carnes, estas são adquiridos por um supermercado e um açougue do município, respectivamente.

A EE dispõe de uma equipe responsável pela gestão do programa no município (indicador 5), sendo formada pela secretária de educação, a diretora de educação e a coordenadora de alimentação, esta última é responsável pela aquisição e distribuição dos alimentos e controle do armazenamento dos mesmos e a higienização do local, favorecendo então um controle higiênico sanitário dos gêneros alimentícios servidos no programa no município. Vale ressaltar, que esta equipe minimiza a demanda da nutricionista do PNAE no município, mas necessariamente não significa que a mesma deixa de acompanhar este monitoramento, pois no ano da pesquisa, ela visitava as unidades escolares frequentemente.

Ainda no tocante à dimensão da gestão do programa, o sistema de monitoramento de distribuição dos gêneros alimentícios nas escolas (indicador 7), acontece por meio do controle manual. De acordo com o cardápio semanal, é realizado o controle da aquisição e da distribuição dos alimentos para cada unidade escolar, através de guia de recebimento, sendo este o documento que comprova o monitoramento do controle de alimentos entre a secretaria de educação e as escolas. Embora não seja realizado por um sistema computadorizado, é de extrema importância que se tenha este acompanhamento de recebimento e distribuição manual para que a Secretaria de Educação se mantenha informada de toda transação de notas fiscais, recebimento e utilização dos produtos. Esse controle manual de gêneros alimentícios, segundo a gestora, tem se mostrado efetivo por se tratar de uma cidade de pequeno porte.

Em meio a esta organização, comprovou-se que todos os gêneros alimentícios são distribuídos exclusivamente às escolas de Frei Martinho (indicador 11), sendo utilizados para a alimentação escolar, segundo relatos dos membros do CAE, conselho que fiscaliza a gestão do programa no município.

Vale ressaltar ainda que três dos dez indicadores (indicadores 4, 8 e 9) cujo resultados se mostraram positivos, apresentaram porcentagem igual ou pouco maior que 75%, o que deve servir de alerta para melhoria do desempenho da gestão no município de Frei Martinho. Em relação ao indicador 9, nota-se que há a necessidade de ampliar o conhecimento por parte dos diretores acerca da legislação do programa para melhor funcionamento do mesmo, uma vez que esse conhecimento pode ser imprescindível na identificação de soluções possíveis aos problemas que possam

eventualmente surgir na execução do PNAE nas Unidades Escolares, tornando-os assim mais independentes e emponderados sobre o programa. Diante disso, pode ser útil a capacitação de todos os diretores escolares sobre as normativas do PNAE.

Ainda foi ressaltado no indicador 10 que somente 50% das escolas avaliadas encontram-se com auxiliares exclusivas para o preparo da alimentação escolar. Embora aconteça a contratação para auxiliares destinadas exclusivamente para elaboração da alimentação escolar, ocorre que estas preferem dividir o trabalho com as auxiliares de serviço. Uma prática como esta é considerada preocupante, uma vez que desvaloriza o processo de preparo da alimentação, principalmente na questão higiênica sanitária, como também pode trazer menor credibilidade a alimentação ofertada. Assim, considera-se imprescindível as merendeiras elaborarem unicamente as preparações servidas ao escolar.

Os resultados obtidos demonstram que a gestão do programa no município mostrar-se efetiva, tendo em vista o elevado número de indicadores positivos que possibilitou comprovação das ações administrativas do programa e mostra que a Secretaria de Educação atende a quase todos os parâmetros para uma melhor implementação do programa no município. Uma lacuna a ser destacada é a disponibilidade de recursos humanos e financeiros. Apesar da pequena equipe disponível para o controle do programa e recursos financeiros insatisfatórios, é mantida a regularidade da oferta da alimentação escolar, tendo em vista que o município consegue atender os escolares em 240 dias letivos (indicador 12).

A tabela 3 aborda resultados referentes à Dimensão de Participação e Controle Social. O resultado do conjunto dos indicadores indica um desempenho máximo, sendo a única dimensão avaliada a atingir o máximo de pontos de indicadores. Os resultados alcançados demonstram o papel eficiente e atuante do CAE, pois grande parte das atividades atribuídas a este conselho são desenvolvidas.

Tabela 3: Resultados obtidos nos indicadores que compõem a matriz de análise da Avaliação do Programa Nacional de Alimentação escolar na dimensão Participação e Controle Social, Frei Martinho/PB, 2014

Dimensão 2 – Participação e Controle Social		
Indicador	Resultado	Pontuação obtida
13 Presença do marco legal para atuação do CAE ¹	Sim	10
14 Frequência anual de reuniões realizadas pelo CAE ¹	6 reuniões	10
15 Membros do CAE ¹ que referem conhecem as normas do PNAE	83,3%	10
16 Membros do CAE que referem estão adequadas as condições para viabilização de suas atividades	83,3%	10
17 Membros do CAE ¹ capacitados para supervisionar a qualidade da alimentação escolar	100%	10
18 Unidades escolares visitadas pelo CAE ¹	100%	10
Total em pontos*		60 pontos
Avaliação global da dimensão em porcentagem		100%

Fonte: Pesquisa de campo * Pontuação máxima a ser alcançada na dimensão: 60 pontos, ¹Conselho de Alimentação Escolar, ² Programa Nacional de Alimentação Escolar

Com relação as informações oferecidas pelo município para a atuação do CAE, segundo o presidente do conselho, este disponibiliza as documentações necessárias, como os relatórios da Secretaria de Finanças sobre a compra dos gêneros alimentícios, bem como fornece um transporte adequado para promover as visitas nas unidades escolares.

Sobre a capacitação de conselheiros analisada com base no indicador 17, o presidente afirma que os membros do CAE foram capacitados para supervisionar a qualidade da alimentação escolar (100%) e grande parte (83,3%) destes referem conhecer as normas do PNAE (indicador 15). No período da coleta de dados, todos estes estavam sendo capacitados em um curso a distância intitulado “Formação pela Escola”, oferecido pelo FNDE a partir da plataforma Modlle. Portanto a capacitação pode possibilitar um maior conhecimento desses atores sociais sobre o PNAE para melhor tomada de decisões e fiscalização adequada do programa, sendo também de extrema importância o incentivo de capacitações realizadas pelo próprio governo municipal.

Ainda sobre a participação e controle social, a porcentagem de desempenho para o indicador 16 foi de 83,3% o que demonstra que uma parcela dos conselheiros não julga que há uma estrutura de espaço satisfatória destinada apenas às reuniões do conselho. Entretanto, de acordo com a presidente, a Secretaria Municipal de Educação concede um local para realização das reuniões bimestrais do conselho (indicador 14), porém, este local não é apenas para as reuniões do CAE, mas estava

sendo discutido a construção de um espaço exclusivo para a realização das reuniões de todos os conselhos municipais. A mesma ainda relatou que o conselho é ativo, destacando que todos os membros dispõem de dedicação e comprometimento na realização das reuniões e das visitas as unidades escolares.

Cabe destacar o indicador 18, no qual confirma que todas as unidades escolares foram visitadas pelo CAE no período de vigência do conselho atual. Segundo a presidente, estas visitas acontecem com auxílio de fichas de acompanhamento, com as quais é questionado a equipe da escola se a quantidade dos gêneros alimentícios recebidos é suficiente para a demanda, se a periodicidade da entrega corresponde à necessidade da escola, se o cardápio é sempre variado e quais preparações são mais ou menos aceitas. Por fim, os conselheiros são recomendados a recolher sugestões nas escolas visando a melhoria do serviço. As fichas de acompanhamento das escolas ficam arquivadas junto às documentações do CAE. Os conselheiros discutem com a presidente os problemas destacados nas visitas e a mesma elabora um relatório para ser entregue a Secretaria de Educação do município.

Um dado em particular, contudo importante e que condiz com os resultados desta dimensão (Participação e controle social) foi ressaltado pela secretária de educação. Trata-se da realização de um projeto implementado durante a sua gestão intitulado como “Conselho de Classe”. Esse projeto ocorre por meio de reuniões ao final de cada bimestre em todas as unidades escolares, com a participação de todos os conselhos legitimados que existem no município, como, o Conselho do FUNDEB, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Assistência Social, CMDCA, Conselho Tutelar, Conselho da Escola e o Conselho da Alimentação Escolar.

Durante o Conselho de Classe, além dos representantes destes conselhos, participam também os pais, a sociedade civil e os professores, elencando quais são as situações favoráveis da escola, em todos os níveis e assuntos, e o que precisa ser melhorado. Os registros das demandas são apontados e assim elenca-se metas a curto e médio prazo para alcançar superação das fragilidades, uma cópia deste registro é arquivada na unidade escolar e na próxima reunião bimestral são reavaliadas as demandas anteriores e apontados quais metas foram alcançadas. Quanto as metas que não foram alcançadas são avaliadas o motivo, repensadas novas estratégias e prazos para a intervenção.

Os resultados sobre a participação e controle social demonstram uma efetiva atuação do CAE no município, por meio do seu trabalho de fiscalização, acompanhamento e incentivo ao melhoramento das atividades e ações desenvolvidas pelo programa no município. O CAE pode ser de extrema importância para o desempenho alcançado nas demais dimensões avaliativas do PNAE, pois a fiscalização realizada pelo mesmo pode estimular o alcance dos objetivos do programa.

A tabela 4 aborda a dimensão referente à Eficiência Alimentar e Nutricional que de acordo com os indicadores avaliados, atingiu desempenho de 65%, ou seja, apresentou desempenho satisfatório.

Ao avaliar os indicadores desta dimensão, observa-se que a maioria apresenta um desempenho positivo (20, 21, 22, 23, 24, 27 e 28). Os resultados destes indicadores refletem a atuação da nutricionista do município como responsável técnico do programa, visto que esta realizou visitas as unidades escolares durante o ano letivo, fez capacitação de auxiliares da alimentação escolar, e planejou iniciativas de atividades educativas referente à temática alimentação escolar.

Mesmo com toda a atuação da nutricionista o percentual de desempenho dos indicadores 25 e 26, referente a elaboração do cardápio, não foram satisfatórios, pois o desempenho foi apenas de 44,4% e 0%, respectivamente.

Tabela 4: Resultados nos indicadores que compõem a matriz de análise da Avaliação do Programa Nacional de Alimentação escolar na dimensão de Eficiência alimentar e nutricional, Frei Martinho/PB, 2014

Dimensão 3 – Eficiência alimentar e nutricional			
	Indicador	Resultado	Pontuação obtida
19	Escolas com condições desejáveis para armazenamento, preparo e distribuição da alimentação escolar	0%	0
20	Adequação do número de nutricionistas ao número de estudantes e modalidade de ensino	Adequado	10
21	Escolas visitadas por nutricionista no ano referente	100%	10
22	Escolas onde ocorreu avaliação nutricional	100%	10
23	Existência de auxiliares de alimentação escolar capacitadas para exercer suas funções	100%	10
24	Escolas que executam o cardápio proposto para a alimentação escolar	100%	10
25	Avaliação da adequação qualitativa dos cardápios proposto pela EE ¹	44,4%	0
26	Avaliação da adequação qualitativa dos cardápios oferecidos nas unidades escolares	0%	0
27	Iniciativas e atividades educativas de relevância para alimentação escolar	100%	10
28	Adesão dos escolares ao PNAE ²	73,6%	5
Total em pontos*			65
Avaliação global da dimensão em porcentagem			65%

Fonte: Pesquisa de campo, * Pontuação máxima a ser alcançada na dimensão: 100 pontos; ¹ Entidade Executora, ² Programa Nacional de Alimentação Escolar

Os cardápios apresentaram pouca variedade de gêneros alimentícios oferecidos, sendo a base das preparações os alimentos arroz e cuscuz. Ainda foi observado um baixo aporte de micronutrientes em decorrência da não oferta de no mínimo 3 frutas por semana e a ausência no consumo de folhosos em todas as refeições servidas. Destacou-se ainda o consumo frequente de sucos em detrimento de frutas in natura, que se revezam no cardápio com o iogurte e o achocolatado, e a ausência de alimentos ou preparações fonte de gordura do tipo insaturada. Os cardápios ainda apresentaram monotonia de cores, que afeta a atratividade da apresentação do prato.

Entretanto, apresenta-se como resultado positivo o devido cumprimento dos cardápios nas unidades escolares (indicador 24), ao qual foi citado por todos os diretores a execução frequente destes.

Ainda foi observado um dado preocupante quanto ao indicador 19 referente as condições desejáveis de armazenamento, preparo e distribuição da alimentação escolar, que obteve percentual insatisfatório (0%). Este resultado se deve pela necessidade de ajustes na estrutura física das escolas, especificamente na área de

armazenamento de alimentos. Para o correto armazenamento dos gêneros alimentícios na escola, se faz necessária a ampliação da dispensa, compra de armários e prateleiras, bem como, da instalação de proteção para os mesmos, como também destacaram as auxiliares da alimentação escolar e as diretoras das Unidades Escolares.

Quanto a área de preparo dos alimentos nas escolas, a maioria também apresentou um espaço pequeno e sem divisórias para área de pré-preparo e preparado das refeições. Outro problema está na falta de um espaço específico para a distribuição da alimentação escolar na maioria das escolas avaliadas, sendo as refeições realizadas no pátio ou em salas de aula das escolas.

Estes resultados anteriormente apresentados, conseqüentemente refletiram no indicador 10 que se refere à adesão dos escolares ao programa, ao qual atingiu porcentagem de 73,6%.

Por fim, ao compararmos as três dimensões, pode-se destacar os principais resultados obtidos que caracterizou o PNAE do município de Frei Martinho, como tendo um desempenho satisfatório. A Gestão do PNAE no município mostrou-se efetiva, porém com a lacuna dos recursos financeiros e humanos. Apesar dessas lacunas, o município consegue atender os escolares, pois efetua uma contrapartida para o cumprimento da oferta a alimentação escolar e assim mostra o compromisso com o programa. Porém ainda há a necessidade de investimento do município para ajustes na estrutura física em termos de amplo espaço nas escolas para elaboração das refeições e armazenamento de gêneros alimentícios, como também a construção de um espaço reservado para refeitório nas unidades escolares que necessitam.

A Participação e Controle Social representada pelo CAE, por sua vez estabeleceu uma ótima atuação, contribuindo com a fiscalização do programa tendo o objetivo de fazer com que o gestor do PNAE no município siga as normas estabelecidas pela legislação vigente, como acontece no município avaliado. Entretanto, a Eficiência Alimentar e nutricional se destaca por apresentar o principal problema estabelecido no PNAE do município, ao qual relaciona-se a elaboração dos cardápios, desafio enfrentado por gestores de municípios de pequeno porte e com baixa atividade agrícola como Frei Martinho.

6 DISCUSSÃO

A execução do PNAE no município de Frei Martinho, mostrou-se positiva diante da avaliação do conjunto das dimensões, tendo em vista que o programa apresentou desempenho satisfatório. Na literatura há uma carência de estudos que avaliem de forma ampla a atuação do PNAE, pois parte dos estudos fazem avaliações específicas, como por exemplo da adesão ou do funcionamento do CAE. Todavia, algumas propostas metodológicas foram desenvolvidas para avaliação global do PNAE a nível municipal, no entanto, estas ainda não foram validadas (Silva, 2009; Carvalho, 2012; Calasans e Santos, 2013).

Cabe destacar os resultados do estudo apresentado por Gabriel (2014), que apesar de propor uma metodologia diferenciada daquela adotada neste estudo, foi o único encontrado que analisou a execução do PNAE obtendo resultados segundo dimensões de análise específicas e um resultado global do programa. Nesse estudo, avaliou-se os dez maiores municípios de Santa Catarina, através do método Delphi no qual 14 colaboradores juntos possibilitaram a construção de uma matriz com 22 indicadores, divididos em duas dimensões avaliativas: político-organizacional e técnico operacional, sendo estas classificadas em bom, regular ou ruim. Na avaliação final, observou-se um desempenho insatisfatório do programa, pois 90% dos municípios receberam um conceito ruim e 1 regular. Ao comparar os resultados o PNAE do município de Frei Martinho apresentou realidade contrária, uma vez que o resultado global das três dimensões avaliadas se mostrou satisfatório.

No tocante a dimensão Gestão os recursos financeiros evidenciaram a elevada existência da contrapartida municipal. Esta mesma realidade foi observada no estudo de Silva e Danelon (2013) que avaliou 568 municípios das Regiões Geográficas do Brasil e mostrou que 59,8% dos municípios avaliados, seus gestores destacaram ser insuficiente os recursos repassados pelo governo e que estes municípios executavam a complementação. Conclui Belik e Chaim (2009) que a maior parcela do valor total da contrapartida financeira dos municípios inscritos no Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar nos anos 2004 a 2005 (realizado pela Organização Não Governamental Ação Fome Zero), foram de aproximadamente 100% em média do valor repassado pelo FNDE, e que esta complementação possibilita uma efetiva execução do Programa no que diz respeito a oferta da alimentação escolar.

Diante disso, torna-se indispensável a contrapartida realizada pela secretária de Educação do município, para seguimento das diretrizes do programa que

estabelece que a oferta da alimentação escolar deve estar em conformidade com as necessidades nutricionais dos alunos (BRASIL, 2013).

Com a contrapartida financeira o município de Frei Martinho consegue ofertar a alimentação escolar em 240 dias letivos, realidade que não alcança parte dos municípios brasileiros, como revelou Silva e Danelon (2013) ao afirmar que 8,5% dos municípios brasileiros registraram número de dias de atendimento pelo programa inferior a 200 dias. Neste sentido, é importante argumentar que municípios pequenos e com baixa atividade econômica, muitas vezes não dispõem de volume de recursos para o investimento na alimentação escolar, ou mesmo, priorizam outras demandas, o que talvez mostre a necessidade de estabelecer uma complementação mínima obrigatória de recursos.

Em 2009, passou a ser obrigatório para o PNAE destinar no mínimo de 30% do repasse as compras de produtos da agricultura familiar, incentivando ainda a compra de produtos agroecológicos e orgânicos servidos nas escolas públicas. (BRASIL, 2009). Mesmo diante desta recomendação no município estudado, o percentual de 30% não é alcançado, podendo ser explicado pela baixa diversidade de alimentos produzidos na região. Além disso, o único produto que apresentou o selo de inspeção sanitária (selo de qualidade) foi a polpa de frutas.

Outro resultado positivo verificado no município de Frei Martinho trata da compra de alimentos por fornecedores da região. Os resultados de uma pesquisa nacional apresentado por Belik e Chaim (2009), que avaliou 386 municípios no ano de 2004 e 297 municípios em 2005, constatou que apenas 26,1% e 30,3%, respectivamente, apresentaram compras de gêneros alimentícios oriundos do local/Estado, sendo os principais gêneros alimentícios as verduras, frutas, legumes e leite.

A interação entre os produtores e comércio local permite a EE um grau de liberdade de decisões e melhoria das alternativas, no que se refere aos preços favoráveis na compra de gêneros alimentícios, facilidade de acesso da alimentação, além de favorecer o desenvolvimento local. Assim, favorece diretamente na elaboração dos cardápios e nas condições de preparo de cada escola. (VIANNA; TERESO, 2000).

Turpin (2009) avaliou a atual contribuição do PNAE como instrumento para o desenvolvimento Local e confirmou que com a existência da legislação, os agricultores familiares são estimulados à produção e desenvolvimento rural ao contar com a oferta

de seus produtos ao PNAE. Porém, Saraiva et al., (2013) aborda que o desenvolvimento local se potencializa a medida em que a EE consegue implementar a compra da agricultura familiar como uma ação verdadeira e contínua dentro de políticas setoriais. Cita ainda que deve ser vencido os desafios pendentes que favorecem a não compra à agricultura familiar como, infraestrutura de logística e armazenagem, ausência de diagnóstico e interação com a vocação agrícola local/regional, e principalmente a criação de espaços ou fóruns participativos de debate e planejamento, envolvendo agricultores, gestores e escolas.

Nesse sentido, a Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015 altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução nº 26 de 2013, no âmbito do programa nacional de alimentação escolar. A nova resolução destaca que para compra a agricultura familiar será necessário a seleção dos projetos de venda habilitados que serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País. Entretanto, a nível local o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos, dentre outros aspectos. Esta mudança pretende beneficiar um maior número de agricultores por local/região para que juntos favorecem o desenvolvimento social e econômico local. (BRASIL,2015)

Na Dimensão Eficiência Alimentar e Nutricional, ao analisar os cardápios oferecidos pela EE nas unidades escolares (indicador 25), foi observado a baixa diversidade de gêneros alimentícios básicos das preparações e repetição de cores nas refeições. Os princípios da variedade devem ser levados em consideração e a cor das preparações também servem de estímulo para melhor aceitação da refeição, inclusive quando se trata de um público como as crianças. Estas estão incorporando hábitos alimentares que implica o conhecimento de novos sabores, texturas e cores e essas experiências sensoriais irão influenciar diretamente no padrão alimentar a ser adotado. Pode-se observar ainda que, os cardápios com maior variação de cores, conseqüentemente, apresentaram maior aporte de nutrientes. Desse modo, atentar para diversidades de alimentos ofertados é de extrema importância, uma vez que os alimentos contêm diferentes nutrientes e nenhum alimento consegue fornecer todos os nutrientes necessários ao nosso organismo (DUTRA et al., 2007; COSTA; MENDONÇA, 2012).

Os cardápios das escolas de Frei Martinho, ainda apresentaram ausência de alimentos fontes de gordura insaturada, e subentende-se que a maioria das gorduras

ofertas são do tipo saturada, sendo considerado inadequado de acordo com a recomendação mínima de gordura saturada, de apenas 10% da energia total (BRASIL, 2013). Os cardápios ainda apresentaram ausência de folhosos e baixa oferta de frutas in natura, sendo estas substituídas por sucos, que segundo a legislação não substituem a obrigatoriedade de frutas in natura em no mínimo três porções (200g/Aluno/semana) (BRASIL, 2013). A falta das frutas e dos folhosos no cardápio, restringem oferta de fibras e micronutrientes (vitaminas e minerais) que devem conter diariamente na alimentação escolar pelo papel fundamental na regulação das funções do organismo e no desenvolvimento do escolar.

Este fato parece ser consequência da produtividade baixa e irregular de gêneros alimentícios na região. A região do Município de Frei Martinho apresenta alterações climáticas com oscilações de curtos períodos de chuvas e longas secas. Isto interfere diretamente na diversidade e fornecimento de produtos para alimentação escolar.

Em 2011 o FNDE realizou uma avaliação qualitativa dos cardápios da alimentação escolar em todo o país, e, observou a ausência de frutas (29,5%), vegetais não folhosos (12%) e de vegetais folhosos (52,2%) nos cardápios das escolas públicas brasileiras. Ao analisar a região Nordeste, verificou-se uma ausência ainda maior dos itens: frutas (37,6%), e vegetais folhosos (90,1%) (BRASIL, 2011)

Saraiva et al (2013) abordaram em estudo a inviabilidade do fornecimento regular e constante de alimentos nas regiões do Brasil, como: falta de interesse dos agricultores, demora da Prefeitura em elaborar a chamada pública, os agricultores destinam todos os gêneros para o PAA, entre outros. O estudo ainda constatou que as regiões Norte e Nordeste apresentaram os maiores percentuais, com 33,04% e 29,33%, respectivamente. Diante disso, é preciso articulação entre quem compra (EE) e quem vende (AF) os produtos, destacando-se o planejamento dos cardápios escolares como o primeiro passo para a compra da AF. Faz-se necessário ainda, a verificação das características dos diferentes produtos, quanto a produtividade e a sazonalidade, que interferem diretamente no abastecimento. Desse modo, cabe aos agricultores e nutricionistas realizarem um planejamento coletivo da produção dos alimentos, de acordo com a demanda para assim reduzir oscilações e garantir uma oferta estável de produtos.

Entretanto, outros fatores se tornam consideráveis para melhor elaboração de cardápio de acordo com estudo apresentado por Pecorari (2006), ao qual teve como

intuito inovar os cardápios do PNAE no município de Piracicaba/SP. O autor destacou que adequar a refeição ao horário de consumo, a disponibilidade de mão-de-obra (auxiliares da alimentação escolar), os equipamentos e a estrutura física das unidades é fundamental.

É imprescindível o envolvimento do nutricionista como responsável técnico, em atender a estas demandas citadas anteriormente. Todavia, os entraves encontrados desfavorecem a atuação da nutricionista do PNAE em Frei Martinho, seja pela baixa disponibilidade de alimentos da AF ou pela quantidade da contrapartida, que embora seja favorável para o porte do município, vale ressaltar que a aquisição de gêneros alimentícios como frutas e folhosos tem um custo mais elevado. Além disso, a Resolução do Conselho Federal de Nutrição nº 465/2010 não favorece o profissional nutricionista como responsável técnico do PNAE, uma vez que estabelece um baixo número de nutricionista para atender um alto número de alunos em toda educação básica. Dessa forma, sobrecarrega a atuação do mesmo e dificulta atingir as atribuições estabelecidas pelo programa.

Assim, caso aconteça intervenções dessas lacunas, é possível favorecer um planejamento de um cardápio mais variado, com harmonia e variação de cores na apresentação do prato. Para tanto, o nutricionista pode utilizar a técnica dietética e gastronômica, como também a experiência em preparações que determinadas auxiliares da alimentação (merendeiras) apresentam, podendo estas servir de auxílio na construção de pratos atrativos, levando em consideração os hábitos alimentares do escolar, para que assim se possa estimular cada vez mais a aceitabilidade da alimentação oferecida na escola.

Uma das problemáticas encontradas ainda no tocante Eficiência Alimentar e Nutricional, se refere a estrutura física das Unidades Escolares. Quanto ao local de preparo das refeições, este deve manter o controle das condições higiênico-sanitárias na manipulação dos alimentos, uma vez que contaminações de diversas naturezas podem acontecer nas etapas do processamento. Um suporte de garantia da adequação da alimentação se dá primeiramente com a construção de cozinhas amplas, com instalações, equipamentos, móveis e utensílios essenciais para manipulação dos alimentos e preparação destes. (AKUTSU et al., 2005)

Essa adequação é essencial para a melhoria da qualidade higiênico-sanitária, nutricional e sensorial das refeições servidas e para o atendimento da legislação

vigente representada pela RDC nº 216/ 2004 que dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação (BRASIL, 2004).

Sendo assim, cabe ao nutricionista a realização de capacitações com as auxiliares da alimentação escolar, abordando a importância do preparo da alimentação escolar, com o intuito de estabelecer uma alimentação de qualidade e destacar ainda a valorização dessas auxiliares da alimentação, como papel fundamental para realização dessa qualidade, uma vez que estão ligadas diretamente com o alimento servido. Esta capacitação se mostrou ocorrente no município avaliado neste estudo.

Uma pesquisa qualitativa realizada nas escolas atendidas pelo PNAE no município de João Pessoa, PB por Carvalho et al. (2008), mostrou uma realidade diferente e revelou a ausência de capacitação e treinamentos. Ainda observou que as auxiliares da alimentação escolar consideraram seu trabalho desvalorizado e suas atividades são realizadas segundo o conhecimento adquirido por anos de prática.

O maior destaque apresentado na estrutura física das unidades refere-se a não presença de refeitórios na maioria das escolas, estando os escolares a se alimentarem no pátio ou em salas de aula. Esta realidade foi condizente com pesquisa realizado por Bleil; Salay e Silva (2009) em estudo com escolares de instituições públicas no município de Toledo/PR, e em estudo apresentado por Bittencourt (2007) com instituições públicas de Guaíba/RS. Não existe um ambiente favorável nas escolas de Frei Marinho que atentem para o convívio social no momento de alimentar-se, desfavorecendo o bem-estar do aluno e a valorização da própria alimentação escolar.

É de grande importância estimular o aluno a uma escolha à alimentação saudável, podendo ser trabalhada através do currículo escolar. A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino aprendizagem é garantida pela legislação do PNAE, a qual elenca a diretriz do programa em abordar a alimentação e nutrição como práticas saudáveis na perspectiva da SAN e o DHAA, estimulando o aluno ser consciente de suas escolhas alimentares (BRASIL, 2013). Assim, o DHAA seria favorecido e estabeleceria um acesso a alimentação adequada, com liberdade de escolha e autonomia por parte do escolar.

Os escolares necessitam do apoio dos envolvidos com o mesmo para interferir e/ou influenciar nas determinadas escolhas alimentares. O processo de construção de hábitos alimentares saudáveis requer tempo e interesse de todos os atores sociais

envolvidos com o aluno. A escola tem um importante papel de intervir na alimentação destes de forma atrativa e lúdica utilizando como suporte o currículo escolar, podendo este servir de estratégia de interação do estudante com o preparo de algumas refeições escolares de forma a envolvê-los com os alimentos ofertados na escola.

Tal prática foi evidenciada em estudo realizado por Iuliano, Mancuso e Gambardella (2009) que abordou a educação nutricional em escolas do ensino fundamental em Guarulhos, SP. Nesta pesquisa foi observado que o relacionamento afetivo com a alimentação escolar, juntamente com o envolvimento de professores e auxiliares da alimentação escolar, favoreceu resultado positivo na formação de hábitos alimentares e comportamento alimentar dos alunos, despertando um maior interesse de consumo a alimentação escolar. Sendo assim, torna-se importante estimular logo na infância, uma relação afetiva com os alimentos ofertados nas escolas. Para tanto, é necessário que a criança tenha contato com o local de preparo das refeições, uma boa interação com as auxiliares da alimentação escolar e ainda ser realizado a educação nutricional por meio do professor.

Um forte exemplo do envolvimento do aluno com os alimentos, acontece em duas escolas de São Roque, SP, que adotaram como estratégia um projeto denominado “hortas orgânicas escolares”, produzindo vários tipos de legumes e hortaliças como jiló, berinjela, quiabo, cebolinha, alface, couve, entre outros. Esta iniciativa, possibilita a interação do aluno com o alimento e facilita o desenvolvimento de temas sobre alimentação saudável. Desse modo os estudantes terão a oportunidade de conhecer melhor os alimentos e experimentá-los na cozinha ou na merenda escolar, o que os auxiliará na promoção da saúde, além de proporcionar um momento de descontração e aprendizado (REBRAE, 2015).

Por fim, a participação do CAE na execução do PNAE em Frei Martinho foi positiva. Este órgão fiscalizador tem papel fundamental na atuação do programa, tendo em vista o incentivo depositado a gestão em seguir as normas estabelecidas pela legislação vigente.

Desse modo, compete aos Municípios, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, fornecer instalações físicas e recursos humanos que possibilitem o pleno funcionamento do CAE, facilitando o acesso da população (BRASIL, 2009).

Realidade diferente do estudo apresentado por Gabriel et al. (2013) com avaliação do PNAE em 10 municípios Catarinenses, ao qual observou que apenas

22,4% dos CAE foram classificados como conselho de funcionamento adequado em termos de capacitação de um conselheiro ao menos; existência de regimento interno, relação entre conselhos, acompanhamento na elaboração do cardápio e periodicidade das reuniões. E entre as atribuições dos conselhos, foi ressaltado em estudo realizado por Bandeira et al. (2013) de acordo com os pareceres dos CAE de todo o Brasil no ano de 2009, constatou que apenas a análise da prestação de contas (59,1%) e o acompanhamento da elaboração dos cardápios (36,5%), como sendo as ações mais frequentes.

O CAE de Frei Martinho se mostrou efetivo diante de sua atuação no que se refere a comprovação da utilização do repasse para compra de gêneros alimentícios, assim como a realização de visitas às unidades escolas para o acompanhamento do recebimento e distribuição dos alimentos na escola e na periodicidade de reuniões para discussão das problemáticas existentes. No entanto, cabe destacar que o conselho estudado não conseguiu identificar as lacunas encontradas no PNAE do município a partir deste estudo, especialmente no tocante ao cardápio ofertado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou uma avaliação da execução do PNAE no município de Frei Martinho em suas diferentes abordagens, identificando as potencialidades e os entreselas que o programa apresentava. Assim, o intuito desta investigação foi contribuir com estratégias para potencializar o alcance das diretrizes do programa e conseqüentemente aumentar a aceitabilidade da alimentação escolar. Com isto, a aplicação da metodologia foi desenvolvida para avaliação do PNAE a nível municipal e utilização dos indicadores permitirá a EE melhorar o gerenciamento do programa e ainda auxiliará em uma contínua revisão das ações efetuadas nas diferentes dimensões avaliativas: Gestão, Controle Social e Eficiência Alimentar e Nutricional.

Dessa forma, esta metodologia possibilitou diferentes investigações: a análise administrativa do programa com enfoque nos recursos financeiros e humanos; as formas de fiscalização do programa, através da ativa participação do CAE diante de suas atribuições; as condições favoráveis para elaboração das refeições, no que se refere a estrutura física das unidades escolares e as condições higiênicas sanitárias; o papel das unidades escolares em promover o incentivo a alimentação saudável juntamente com o responsável técnico do programa (a nutricionista) em elaborar atividades voltadas ao tema; e a avaliação qualitativa da elaboração do cardápio, com enfoque na diversidade e qualidade dos gêneros alimentícios ofertados. Assim, considera-se que estes fatores interferem na adesão do aluno à alimentação escolar e que os cardápios necessitam de uma avaliação quantitativa, para melhor aperfeiçoamento do instrumento de análise utilizado.

Os dados obtidos demonstram a efetividade da EE no fornecimento da alimentação, e mostra que a contrapartida é necessária para o seguimento das diretrizes do programa, tanto no município de Frei Martinho como a nível nacional. Entretanto, a contrapartida necessariamente não possibilitará a efetividade do PNAE no município, havendo outros condicionantes que interferem para o efetivo seguimento das diretrizes deste programa.

Assim, o conjunto dos resultados alertam para revisão dos cardápios, que expressaram monotonia de cores e falta da diversidade de gêneros alimentícios, conseqüentemente, alertando para aporte mínimo de micronutrientes. Desse modo,

faz-se necessário a intersectorialidade das ações de maneira que os envolvidos com alimentação escolar, ou seja, a equipe da escola e a gestão do programa, juntos possam intervir para assegurar o DHAA e a SAN dos escolares atendidos. A nutricionista como responsável técnico deve assegurar um cardápio com preparações diversificadas, atrativas e com aporte de nutrientes adequado, levando em consideração as preferências alimentares do escolar. A mesma ainda pode utilizar o apoio das auxiliares da alimentação escolar para ajudar no planejamento dos cardápios por serem as responsáveis pela execução destes. Porém, as auxiliares da alimentação escolar necessitam de subsídios para a execução efetiva do cardápio, como, infraestrutura adequada, equipamentos e utensílios para auxiliar na elaboração das refeições, facilitando assim o alcance da segurança higiênica sanitária.

Desse modo, a educação alimentar no currículo escolar é uma grande aliada na promoção de hábitos saudáveis, sendo essencial o conhecimento do aluno sobre a alimentação saudável, podendo o desenvolvimento de uma “Horta orgânica na escola” ser um dos primeiros passos para estimular os alunos a criarem um sentimento de afeto com a alimentação escolar, fazendo com que a refeição oferecida seja consumida pelo prazer de alimentar-se. Porém, para efetiva atuação desses condicionantes citados, é fundamental que todos os atores sociais do ambiente escolar sejam capacitados a nível municipal e estejam sempre cientes do andamento do programa, visando ainda ressaltar a importância de todos para a efetividade do PNAE, no que se refere a adesão dos escolares à alimentação oferecida na escola.

Diante do exposto, vale destacar a extrema importância do CAE como órgão fiscalizador das questões observadas neste estudo, e que é de responsabilidade do mesmo avaliar a composição dos cardápios, bem como se faz necessário a rotatividade destes. Destaca-se ainda a importância desta metodologia para avaliação do PNAE em âmbito municipal, podendo identificar e controlar de perto as problemáticas encontradas no programa e possibilitar intervenções. Por fim, o objetivo desta avaliação é favorecer o aumento da adesão ao PNAE pelos escolares e possibilitar a estipulação de metas para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, a partir de um cardápio adequado, pelo simples fato de conseguir atingir as diretrizes estabelecidas pelo programa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. F. M. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 6, p. 895-903, 2009.

ALVES, L. K. **Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Camaragibe-PE**. 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005ARRUDA, B. K. G.;

ALA-HARJA, M; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n. 4, p. 5-59, 2000.

AKUTSU, R. D. C. C. D.; BOTELHO, R. B. A.; CAMARGO, E. B., OLIVEIRA, K. E. S. D.; ARAÚJO, W. M. C. Adequação das boas práticas de fabricação em serviços de alimentação. **Revista de Nutrição**, v. 18, n. 3, p. 419-427, 2005.

ARRUDA, I. K. G. Marcos referenciais das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil**, Recife, v. 7, n. 3, p. 319-326, 2007.

BANDEIRA, L. M.; CHAGAS, C. M. S.; GUBERT1, M. B; TORAL, N.; MONTEIRO, R. A. Análise dos pareceres conclusivos dos Conselhos de Alimentação Escolar sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Nutrição**, v. 26, n. 3, p. 343-351, 2013.

BARROS, M. S.; FONSECA, V. M.; MEIO, M. D. B. B.; CHAVES, C. R. Excesso de peso entre adolescentes em zona rural e a alimentação escolar oferecida. **Caderno de Saúde Coletiva**, v. 21, n. 2, p. 201-8, 2013.

BELIK, W.; CHAIM, N. A.; O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 5, p. 595-607, 2009.

BITTENCOURT, J. M. V. **Uma avaliação da efetividade do Programa de Alimentação Escolar no município de Guaíba**. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F. Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). In: BURITY, V. et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010. Módulo I, p. 14-18.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F. Direitos, obrigações e as violações ao DHAA. In: BURITY, V. et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010. Módulo II, p. 35-37.

BURLANDY, L.; MALUF, R. S. **Soberania Alimentar – Dimensões de um conceito em construção e suas implicações para a alimentação no cenário contemporâneo**. TADDEI, J. A. A. C.; LANG, R. M. F.; LONGO-SILVA, G; TOLONI, M. H. A. Nutrição em saúde pública, Rio de Janeiro: Rubio, 2011. Cap. 29, p. 457-460.

BLEIL, R. A. T.; SALAY, E.; SILVA, M. V. Adesão ao Programa DE Alimentação Escolar por alunos de instituições públicas de Ensino no Município de Toledo, PR. **Revista de Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 66, n. 16, p.65-82, 2009.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Capítulo III – Da educação, da cultura e do desporto, Seção I - Da educação, Artigo 208, incisos IV e VII. Brasília, 36 ed, 2013.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Emenda constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Brasília, 36 ed. 2012.

BRASIL. **LEI Nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm> Acesso em: 20 set. 2014

BRASIL. **Lei nº 8.913**, de 12 de julho de 1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8913.htm>. Acesso: 13 set. 2014.

BRASIL. **Medida provisória 1979-19**, de 02 de junho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1979-19.htm> Acesso em: 21 set. 2014

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico do PNAE**. 2014a. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>>. Acesso: 8 jul. 2014

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Apresentação**. 2014b. 2014a. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar-apresentação>>. Acesso: 9 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Funcionamento**. 2014c. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-funcionamento/execu%C3%A7%C3%A3o-alimentacao>>. Acesso: 04 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados estatístico**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/alimentacao-escolar-dados-estatisticos>>. Acesso: 9 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Relatório executivo**. COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: uma análise a partir de uma mostra de cardápios – 2011. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução N° 11. 947**, 16 de junho de 2009, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução N° 26**, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução N° 32**, de 10 de agosto de 2006. Estabelecer as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução N° 38**, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o

atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução N° 4**, de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde; Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, 2012. p. 6-80.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada- RDC nº 216**, de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/>. Acesso em: 22 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012. **Normas de pesquisa em saúde**.

BRASIL. **Portaria interministerial nº 1.010**, de 8 de maio de 2006. Disponível em: <<http://www.fn-de.gov.br/acessibilidade/item/3535-portaria-interministerialn%C2%BA-1010-de-8-de-maio-de-2006>>. Acesso: 30 jun. 2015.

BRITO, R. R. **Controle de qualidade: a situação do armazenamento e manipulação dos alimentos do PNAE em municípios do Estado de São Paulo**. 2011. 106 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTA. **Resolução N° 465/2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/arquivos/resol-CFN-465-atribuicao-nutricionista-PAE.pdf>> Acesso: 22 jul. 2014.

CONTI, I. L. Segurança Alimentar e nutricional: noções básicas. Projeto REDESAN. Cap. 2 p. 21-24. Passo Fundo: **IFIBE**, 2009.

CAMPOS, A. K. C. **Avaliação das condições higiênico-sanitárias de manipuladores de alimentos e utensílios de mesa de escolas públicas municipais de Natal, RN**. 2009. 50 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

CARVALHO, A. P.; OLIVEIRA, V. B.; SANTOS, L. C. Hábitos alimentares e práticas de educação nutricional: atenção a crianças de uma escola municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais. **Revista Pediatria**, v. 32, n. 1, p. 20-27, 2010.

CARVALHO, C. M. P. **Proposta de avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar para municípios no estado do Rio de Janeiro**. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em alimentação, nutrição e saúde) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, L. M. C. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na perspectiva dos usuários: um estudo de caso**. 2004. 110 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, 2004.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 962-969, 2003.

COSTA, E.Q.; RIBEIRO, V. M. B.; RIBEIRO, E. C. O. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. **Revista de Nutrição**, v. 14. n. 3. p. 225-229, 2001.

COSTA, S. E. P.; MENDONÇA, K. A. N. Avaliação qualitativa de cardápios oferecidos para pré-escolares de creches do Distrito Federal. **Ciências da Saúde**, v. 10, n. 1, p. 33-40, 2012.

CHAVES, M.G.A. MARQUES, M. H.; DALPRA, J. O.; RODRIGUES, P. A.; CARVALHO, M. F.; CARVALHO, R. F. Estudo da relação entre alimentação escolar e obesidade. **HU Revista**, v. 34, n.1, p. 191-197, 2008.

DANTAS, J. C. **A alimentação escolar sob o olhar do beneficiário: um estudo com escolares da rede municipal de Frei Martinho/PB**. 2015. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2015.

DANELON, M. A. S.; DANELON, M. S.; SILVA, M. V. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação

Escolar e das cantinas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 13, n. 1, p. 85-94, 2006.

DUTRA, E. S.; AMORIM, N. F. A.; GONTIJO, T.; CARDOSO, G. T. Cardápios saudáveis. In: Dutra, E. S et al. **Cardápio: seu planejamento faz toda a diferença**. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica. Capítulo I, p. 16-19.

FIGUEIREDO, K. V. N. A. **A segurança na produção de alimentos em escolas estaduais atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2007. 116 f. Monografia (Graduação em nutrição) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

FLÁVIO, E. F.; BARCELOS, M. F. P.; CIRILLO, M. A.; RIBEIRO, A. H. Avaliação da alimentação escolar oferecida aos alunos do ensino fundamental das escolas municipais de Lavras, MG. **Ciênc. agrotec.** v. 32, n. 6, p. 1879-87, 2008.

GABRIEL, C. G.; COSTA, L. C. F.; CALVO, M. C. M.; VASCONCELOS, F. A. G. Planejamento de cardápios para alimentação escolar de alunos de escolas públicas municipais: reflexão e ilustração deste processo em duas capitais brasileiras. **Revista de Nutrição**, v. 25, n. 3, p. 63-72, 2012.

GABRIEL, C. G.; CALVO, M. C. M.; VASCONCELOS, F. D. A. G.; LACERDA, J. T.; FREITAS, S. F. T.; SCHMITZ, B. A. S. Avaliação da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos maiores municípios de Santa Catarina, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v. 30, n. 9, p. 2017-2023, 2014.

GABRIEL, C. G. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: construção de modelo de avaliação da gestão municipal**. 2013. 254 f. Tese (Pós-Graduação em Saúde Coletiva) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GALANTE, A. P.; Gaglianone, C. P.; Stedefeldt, E.; Schwartzman, F.; Pedro, I. C. L.; Voci, S. M.; Andrade, S. L. L. S.; Braga, V. Pesquisa nacional do consumo alimentar e perfil nutricional de escolares e Modelos de gestão e de controle social do programa nacional de alimentação Escolar (PNAE): instrumentos, coleta de dados e sistema de monitoramento. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição-RASBRAN**, v. 2, n. 1, p. 6-14, 2009.

ISSA, R. C.; MORAES, L. F.; FRANCISCO, R. R. J.; SANTOS, L. C.; ANJOS, A. F. V.; PEREIRA, S. C. L. Alimentação escolar: planejamento, produção, distribuição e adequação. **Revista Panam. Salud. Publica**, v. 35, n. 2, p. 96-103, 2014.

IULIANO, B. A.; MANCUSO, A. M. C.; GAMBARDELLA, A. M. D. Educação nutricional em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos-SP. **O mundo da Saúde**, São Paulo, V. 33, n. 3, p. 264-272, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.br/painel/painel.php?lang=&codmun=250620&search=%Cfrei-martinho>> Acesso em: 15 maio. 2015.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Avaliação do PNAE - Censo Escolar 2004. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/estudos_pesquisas/financ_gasto/pnae_relatorio2004_final.pdf. Acesso: 22 jun. 2014.

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.

MUNIZ, V. M.; CARVALHO, A. T. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. **Revista de Nutrição**, v. 20, n. 3, p. 285-296, 2007.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações. Rede Interagencial de Informações para a saúde, 2008. Disponível em: <<http://www.tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2001/aspectos.pdf>>. Acesso: 04 jul. 2015.

PECORARI, R. C. F. **Uma proposta de inovação no cardápio escolar baseada na avaliação do programa de alimentação escolar, de Piracicaba - SP**. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências dos Alimentos e Nutrição) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

PEIXINHO, A. L.; ABRANCHES, J.; BARBOSA, N. V. S. Políticas de alimentação escolar a partir da trajetória **fome zero**: uma história brasileira, Brasília: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. v, 2. P.93-103, 2008.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.

PEIXINHO, A. M. L. Avanços de Perspectivas a 2010. In: Encontro Nacional do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE. **Slide**, 2008. Disponível em: <<http://www.rebrae.com.br/natal/O%20PNAE%20Ontem%20Hoje%20-%20Amanh%C3%A3%20-%20Albaneide%20Peixinho.pdf>> Acesso: 29 set.2014.

PIPITONE, M.A.P.; OMETTO, A. M. H.; SILVA, M.V.; STURION G.L.; FURTUOSO, M. C. O.; OETTERER, M. Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa nacional de alimentação escolar. **Revista de Nutrição**, v.16, n.2, p. 523-533, 2003.

REBRAE (Rede Brasileira de Alimentação e Nutrição do Escolar). **Centros Colaboradores**. Disponível em: <http://www.rebrae.com.br/centros_colaboradores.html>. Acesso em: 30 abril 2014.

REBRAE (Rede Brasileira de Alimentação e Nutrição do Escolar). **Conteúdo**. Disponível em: <http://www.rebrae.com.br/conteudo_horta.php?id=51>. Acesso: 03 jun. 2015.

SARAIVA, E. B.; SILVA, F. P. A.; SOUSA, A. A.; CERQUEIRA, F. G.; CHAGAS, S. M. C.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 927-936, 2013.

SILVA, M. V.; DANELON, M. S. Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs): análise dos pareceres conclusivos sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 20, n. 1, p. 122-135, 2013.

SILVA, V. A. **Avaliação do Programa Nacional De Alimentação Escolar em âmbito municipal: subsídios para o desenvolvimento de uma metodologia**. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde). Escola de Nutrição - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, M. M. D. C.; GREGÓRIO, E. L. Avaliação da composição nutricional dos cardápios da alimentação escolar das escolas da rede municipal de Taquaraçu de Minas – MG. **HU Revista**, v. 37, n. 3, p. 387-94, 2012.

SIQUEIRA, R. L.; COTTA, R. M. M.; RIBEIRO, R. C. L.; SPERANDI, N.; PRIORE, S. E. Análise da incorporação da perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada no desenho institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 1, p. 301-310, 2014.

SOARES, T. M. B. **Uma proposta para análise do PNAE na perspectiva do direito humano à alimentação adequada: desenvolvimento metodológico e aplicação**. 2012. 109 f. Dissertação (Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SOTELO, Y. O. M.; COLUGNATI, F. A. B.; TADDEI, J. A. A. C. Prevalência de sobrepeso e obesidade entre escolares da rede pública segundo três critérios de diagnóstico antropométrico. **Caderno de Saúde Pública**, v. 20, n. 1, p. 233-240, 2004.

SPINELLI, M. A. S.; CANESQUI, A. M. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 - 1995). **Revista de Nutrição**, v.15, n. 1, p. 105-117, 2002.

SPINELLI, M. A. S.; CANESQUI, A. M. Descentralização do Programa de Alimentação Escolar em Cuiabá: 1993-1996. **Revista de Nutrição**, v. 17, n. 2, p. 151-165, 2004.

STURION, G. L.; SILVA, M. V.; OMETTO, A. M. H.; FURTUOSO, M. C. O.; PIPITONE, M. A. P. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 18, n. 2, p. 167-181, 2005.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Revista de Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

VALENTE, F. L. S.; BEGHIN, N. **Realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e a Experiência Brasileira: subsídios para a replicabilidade**. Brasília: ABRANDH, 2006.

VEIROS, M. B.; PROENÇA, R. P. C. **Avaliação Qualitativa das Preparações do Cardápio em uma Unidade de Alimentação e Nutrição – Método AQPC**. Nutrição em pauta, p. 36-42, 2003.

VIANNA, R. P. T.; TERESO, M. J. A. O programa de merenda escolar de Campinas: análise do alcance e limitações do abastecimento regional. **Revista Nutrição**, v, 13, n. 1, p. 41-49, 2000.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Termo de aceite para realização da pesquisa “Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em nível municipal, Frei Martinho/PB”, 2014.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE**



NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS EM NUTRIÇÃO E SAÚDE COLETIVA

**TERMO DE CONSENTIMENTO E ACEITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: estudo
de caso no município de Frei Martinho – PB”.**

Prezado gestor,

No primeiro semestre de 2014 foi realizada a Chamada nutricional dos escolares do município de Frei Martinho que teve como intuito diagnosticar problemas nutricionais entre as crianças e adolescentes e avaliar a adesão destes escolares à alimentação da escola. Como parte deste processo avaliativo propomos complementar esta ação com a realização da avaliação da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A realização desta avaliação possibilitará compreender este programa nas dimensões da gestão, que se refere ao conjunto de fatores administrativos, técnicos e financeiros que incidem na decisão e implementação do PNAE; Nas dimensões do controle social que se destina ao exercício da participação social e controle no acompanhamento das ações na implementação do programa; E nas dimensões da eficiência nutricional que está ligada ao planejamento e operação do programa de forma a atender às necessidades nutricionais dos escolares, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo PNAE.

O PNAE é uma política pública relacionada a alimentação e nutrição, sendo a mais antiga do país e ainda em vigência. Seu princípio está relacionado com segurança alimentar e nutricional e o direito humano a alimentação adequada, sendo um dos maiores e abrangentes programas na área de alimentação escolar. Assim, a avaliação tem o intuito de aplicar uma metodologia de avaliação que contempla a implementação descentralizada que o PNAE apresenta, buscando reunir aspectos que compreendam os princípios da política do Programa. Sendo de suma importância para compreender a dinâmica da execução do PNAE como também contribuir para uma melhor execução do mesmo que subsidie a realizações de ações que garantam a segurança alimentar e nutricional dos escolares.

Caso autorize a realização da avaliação serão coletados dados sobre este programa por meio de visitas técnicas na secretaria de educação e escolas, e diálogos com o conselho de alimentação escolar, diretores e gestores do programa. Estas

informações se referem a: Escolas atendidas pelo programa, conhecimento sobre a legislação que orienta o PNAE, repasse de recursos do FNDE, fornecimento de gêneros alimentícios, elaboração dos cardápios, conduta do responsável técnico (nutricionista), capacitação dos integrantes do CAE, condições das áreas de armazenamento, preparo e distribuição da alimentação escolar, qualidade das preparações do cardápio etc.

Se todas as suas dúvidas foram esclarecidas, pedimos o seu consentimento e aceite para realização desta avaliação no seu município. Os dados coletados serão apresentados e disponibilizados para a gestão municipal em primeira mão, além disso, poderão ser publicados em trabalhos científicos e farão parte de um trabalho de conclusão de curso de uma aluna de graduação em Nutrição. Caso seja de seu interesse o nome do município não será divulgado nestas publicações, entretanto, julgamos que é de suma importância divulgar o trabalho realizado por esta gestão.

RESPONSÁVEL PELO PROCEDIMENTO AVALIATIVO

Prof. Poliana Palmeira: 33721960/ 99929839

Responsável pelo procedimento avaliativo

Prof. Ms. Poliana de Araújo Palmeira

Universidade Federal de Campina Grande/ Centro de Educação e Saúde /Unidade Acadêmica de Saúde/ Curso de Graduação em Nutrição. Tel: (83) 3372-1960/ 3372- 1900

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO

Eu

_____,
gestor (a) do Programa Nacional de Alimentação Escolar do município de Frei
Martinho - PB concordo com a realização do procedimento avaliativo do programa,
nos termos acima descritos.

_____, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do AVALIADOR

Assinatura DO GESTOR DO PROGRAMA

APÊNDICE B – Fotos da coleta de dados da pesquisa “AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: estudo de caso no município de Frei Martinho – PB”.



Figura 1 – Aplicação de formulários com a Secretária de Educação (EE) do município de Frei Martinho-PB

Fonte: Autoria própria



Figura 2 – Aplicação de formulário com auxiliar da alimentação escolar da escola EMEF João Fernandes Falcão da zona rural do município de Frei Martinho-PB.

Fonte: Autoria própria



Figura 3 – Aplicação do *Check list* nas unidades escolares do município de município de Frei Martinho-PB

Fonte: Autoria própria



Figura 4 – Aplicação de formulário com a direta da escola EMEF Eliete Souza de Araújo Silva no município de Frei Martinho-PB.

Fonte: Autoria própria

ANEXOS

ANEXO A – Formulário utilizado para avaliação da dimensão Gestão, aplicado a EE, adotado na coleta de dados realizada na pesquisa “AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: estudo de caso no município de Frei Martinho – PB”.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE
NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS EM NUTRIÇÃO E
SAÚDE COLETIVA

Olho D' Água da Bica S/N.
 Cuité – Paraíba- Brasil
 CEP:58.175 - 000
 Telefone: (83) 3372-1900

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: estudo de caso no município de Frei Martinho – PB”.

QUESTIONÁRIO

(Entidade Executora/Prefeitura Municipal)

Dados do informante

Nome:

Cargo: _____ **Tempo em exercício:** _____

Telefone: _____

Questão 01 (DG) - Quantas unidades escolares do município (rede pública e entidades filantrópicas, escolas indígenas e quilombolas conveniadas ao município) foram atendidas pelo PNAE no último ano? _____

Qual foi o nº total de unidades escolares do município no último censo? _____

Questão 02 (DG) - Quantos estudantes das unidades escolares da rede pública e entidades filantrópicas, escolas indígenas e quilombolas conveniadas ao município foram atendidos pelo PNAE no último ano? _____

Qual o nº total de estudantes cadastrados no censo escolar do município no último ano? _____

Questão 03 (DEAN) - Neste município, quantos (as) nutricionistas estão envolvidos na implementação do PNAE? _____

Qual a carga horária semanal de cada profissional? _____

Neste município, quantos (as) técnicos (as) em Nutrição estão envolvidos na implementação do PNAE? _____

Qual a carga horária semanal de cada profissional?

Questão 04 (DG) - Atualmente, do total de fornecedores de gêneros alimentícios para o PNAE quantos são oriundos deste município e/ou deste estado?

_____ No de fornecedores oriundos do município

_____ No de fornecedores oriundos do estado

Qual é o número total de fornecedores de gêneros alimentícios?

Questão 05 (I6DG) - Neste município existe um sistema efetivo de monitoramento para o controle dos gêneros alimentícios que são distribuídos pela Prefeitura Municipal às unidades escolares?

() SIM

() NÃO

Se SIM - Que tipo de sistema de monitoramento existe?

Questão 06 (DEAN) - De todas as unidades escolares atendidas pelo PNAE neste município, em quantas os escolares passaram por avaliação antropométrica nos últimos três anos? _____

ANEXO B – Formulário utilizado para avaliação da dimensão Gestão, aplicado ao gestor do programa, adotado na coleta de dados realizada na pesquisa “AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: estudo de caso no município de Frei Martinho – PB”.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE
NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS EM NUTRIÇÃO E
SAÚDE COLETIVA**

Olho D' Água da Bica S/N.
Cuité – Paraíba- Brasil
CEP:58.175 - 000
Telefone: (83) 3372-1900

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: estudo de caso no município de Frei Martinho – PB”.

QUESTIONÁRIO

(Gestor do PNAE no município)

Dados do informante

Nome:

Cargo: _____ **Tempo em exercício:** _____

Telefone: _____ **Município:** _____

Questão 01 (DG) - O Sr. (a) está satisfeito(a) ou insatisfeito(a) com o volume de recursos repassados pelo FNDE para a assistência financeira de caráter suplementar na implementação do PNAE neste município?

() SATISFEITO (A)

() INSATISFEITO (A)

Se SATISFEITO (A) - Qual o seu nível de satisfação?

() SATISFAÇÃO TOTAL

() SATISFAÇÃO REGULAR

Se SATISFAÇÃO REGULAR ou INSATISFAÇÃO, cite os principais motivos:

Questão 2 (DG) - Neste município, existe complementação aos recursos financeiros repassados pelo FNDE para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar oferecida pelo PNAE?

()SIM ()NÃO

Se NÃO, cite os principais motivos:

Questão 3 (DG) - Neste município existe uma equipe ou grupo de trabalho responsável pela gestão do PNAE?

()SIM ()NÃO

Se SIM - Qual é esta equipe ou grupo de trabalho e onde está alocada na estrutura municipal?

Se NÃO, cite os principais motivos:

Questão 07 (DEAN) - De todas as unidades escolares atendidas pelo PNAE neste município, quantas foram visitadas por nutricionistas no último ano?

Questão 08 (DEAN) - Atualmente, quantos auxiliares da alimentação escolar das unidades escolares atendidas pelo PNAE estão capacitadas para exercer suas funções? _____

No total, quantos auxiliares da alimentação escolar estão alocadas nas unidades escolares atendidas pelo PNAE? _____

ANEXO C – Formulário utilizado para avaliação da dimensão Participação e Controle Social, aplicado ao CAE, adotado na coleta de dados realizada na pesquisa “AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: estudo de caso no município de Frei Martinho – PB”.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE
NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS EM NUTRIÇÃO E
SAÚDE COLETIVA**

Olho D' Água da Bica S/N.
Cuité – Paraíba- Brasil
CEP:58.175 - 000
Telefone: (83) 3372-1900

**Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em nível municipal:
um estudo de caso**

QUESTIONÁRIO

(Conselho de Alimentação Escolar)

Dados do informante

Nome:

Segmento: _____ **Tempo em exercício:** _____

Titular Suplente Telefone: _____

Questão 01 (DG) – Na sua avaliação, os gêneros alimentícios distribuídos às unidades escolares, pelo PNAE, são exclusivamente utilizados no preparo das refeições destinadas aos estudantes?

() SIM

() NÃO

Questão 02 (DPS) - Este conselho apresenta um regimento interno que organize a sua atuação? **(APLICÁVEL APENAS AO PRESIDENTE DO CAE)**

() SIM

() NÃO

Se NÃO – Por quê?

Questão 08 (DG) – O Sr (a) está satisfeito (a) ou insatisfeito (a) quanto à qualidade da gestão do PNAE neste município?

() SATISFEITO (A) () INSATISFEITO (A)

Se SATISFEITO (A) - Qual o seu nível de satisfação?

() SATISFAÇÃO TOTAL () SATISFAÇÃO REGULAR

Se SATISFAÇÃO REGULAR ou INSATISFAÇÃO, cite os principais motivos:

ANEXO D – Formulário utilizado para avaliação da dimensão Eficiência Alimentar e Nutricional, aplicado aos diretos das Unidades Escolares, adotado na coleta de dados realizada na pesquisa “AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: estudo de caso no município de Frei Martinho – PB”.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE
NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS EM NUTRIÇÃO E
SAÚDE COLETIVA**

Olho D' Água da Bica S/N.
Cuité – Paraíba- Brasil
CEP:58.175 - 000
Telefone: (83) 3372-1900

**Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em âmbito municipal:
uma proposta metodológica.**

QUESTIONÁRIO

(Tipo de informante: unidades escolares)

Unidade escolar: _____

Endereço: _____ **CRE:** _____

Nº alunos atendidos pelo PNAE: _____ **Tipo de ensino:** _____

Turnos: _____ **Informante:** _____

Cargo: _____ **Tempo de exercício no cargo:** _____

Telefone: _____

Questão 01 (IDG9) - O Sr (a) conhece a legislação que orienta o PNAE?

() SIM

() NÃO

Questão 02 (IDEAN9) – No último ano, nesta unidade escolar, ocorreram iniciativas e/ou atividades de relevância para a alimentação escolar?

() SIM

() NÃO

Se SIM – Que tipo de iniciativas e/ou atividades?

Comprovação da realização das iniciativas e/ou atividades: (consultar plano operativo ou pedagógico)

() SIM () NÃO

Questão 03 (IDG10) – No último ano, nesta unidade escolar, havia auxiliar da alimentação escolar (“merendeira”), exclusivamente, para a realização do preparo das refeições servidas aos estudantes?

() SIM () NÃO

Se SIM - Em quais turnos este funcionário (a) atuou?

Quantas refeições por turno, em média, eram preparadas? _____

Se NÃO – Por quê? Qual a alternativa para esta situação?

Questão 04 (IDEAN6) – No último ano, esta unidade escolar executou o cardápio proposto pela Secretaria Municipal de Educação?

() SIM () NÃO

Se SIM - Com que frequência este cardápio foi executado?

() SEMPRE () RARAMENTE () NUNCA

Se NÃO – Por quê?

Questão 05 (IDG8) – No último ano, o Sr (a) esteve satisfeito (a) ou insatisfeito (a) quanto às possibilidades de gestão do PNAE nesta unidade escolar?

() SATISFEITO (A) () INSATISFEITO (A)

Se SATISFEITO (A) - Qual o seu nível de satisfação?

() SATISFAÇÃO TOTAL () SATISFAÇÃO REGULAR

Se SATISFAÇÃO REGULAR ou INSATISFAÇÃO, cite os principais motivos:

ANEXO E – *Check list* utilizado para avaliação da dimensão Eficiência Alimentar e Nutricional, aplicado as Unidades Escolares, adotado na coleta de dados realizada na pesquisa “AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: estudo de caso no município de Frei Martinho – PB”.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE
NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS EM NUTRIÇÃO E
SAÚDE COLETIVA**

Olho D' Água da Bica S/N.
Cuité – Paraíba- Brasil
CEP:58.175 - 000
Telefone: (83) 3372-1900

Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar : um estudo no município de Frei Martinho.

Formulário de inspeção das áreas de armazenamento, preparo e distribuição da alimentação escolar

Unidade escolar: _____ **Informante:** _____

Cargo: _____ **Período em exercício:** _____

1. Área externa:

1.1 - Livre de objetos em desuso ou estranhos ao ambiente

() SIM () NÃO () NSA

1.2 - Livre de animais, insetos e/ou roedores () SIM () NÃO

1.3 - Livre de depósitos de lixo () SIM () NÃO

1.4 - Livre de outros focos de insalubridade (água estagnada/esgoto aberto/outros) () SIM () NÃO () NSA

2. Área produção de alimentos:

2.1 - Livre de objetos em desuso ou estranhos ao ambiente () SIM () NÃO

2.2 - Livre de animais, insetos e roedores () SIM () NÃO

2.3 - Livre de depósitos de lixo () SIM () NÃO

2.4 - Livre de outros focos de insalubridade () SIM () NÃO

2.5 - Limpeza e desinfecção adequadas () SIM () NÃO

2.7 - Equipamentos:

Em bom estado de conservação () **SIM** () **NÃO**

Limpeza e desinfecção adequadas () **SIM** () **NÃO**

Equipamentos de refrigeração e congelamento com vedação adequada
() **SIM** () **NÃO**

2.8 – Utensílios para produção de alimentos:

Armazenados em local apropriado () **SIM** () **NÃO**

Em bom estado de conservação () **SIM** () **NÃO**

Limpeza e desinfecção adequadas () **SIM** () **NÃO**

2.9 - Teto:

Revestimento liso, impermeável e lavável () **SIM** () **NÃO**

Em bom estado de conservação () **SIM** () **NÃO**

2.10 - Piso:

Revestimento liso, impermeável e lavável () **SIM** () **NÃO**

Em bom estado de conservação () **SIM** () **NÃO**

Presença de ralos com tampa () **SIM** () **NÃO**

2.11 - Portas:

Presença de portas () **SIM** () **NÃO**

Ajustadas ao batente () **SIM** () **NÃO**

Em bom estado de conservação () **SIM** () **NÃO**

2.12 - Parede:

Revestimento liso, impermeável e lavável () **SIM** () **NÃO**

Em bom estado de conservação () **SIM** () **NÃO**

2.13 – Janelas:

Presença de janelas () **SIM** () **NÃO**

Ajustadas ao batente () **SIM** () **NÃO**

Presença de tela milimétrica () **SIM** () **NÃO**

2.14 – Iluminação:

Disposta de modo adequado e em quantidade suficiente () **SIM** () **NÃO**

Proteção para as luminárias () **SIM** () **NÃO**

Fiação embutida () **SIM** () **NÃO**

2.15 – Ventilação:

Natural ()

Ambiente bem ventilado () **SIM** () **NÃO**

ou

Artificial ()

Ambiente bem ventilado () **SIM** () **NÃO**

Limpeza e manutenção periódicas dos ventiladores () **SIM** () **NÃO**

Realiza desinsetização e desratização por empresas especializadas () **SIM** () **NÃO**

Frequência: _____

3. Preparação dos alimentos:

3.1 - As embalagens são lavadas antes de serem abertas () **SIM** () **NÃO**

3.2 - Os alimentos que serão consumidos crus são sanificados:

Água e hipoclorito () **SIM** () **NÃO**

Outros: _____

3.3 - Locais e utensílios distintos para a manipulação de alimentos crus, semi-preparados e preparados:

() **SIM** () **NÃO**

3.4 - As esponjas utilizadas são trocadas com que

Frequência? **SIM** () **NÃO** ()

Frequência? _____

3.5 - Toalhas de prato são trocadas com frequência?

SIM() **NÃO** ()

Frequência? _____

São lavadas e desinfectadas/fervidas () **SIM** () **NÃO**

4. Área de armazenamento de alimentos:

Livre de objetos em desuso ou estranhos ao ambiente () **SIM** () **NÃO**

Livre de animais, insetos e roedores () **SIM** () **NÃO**

Limpeza e desinfecção adequadas () **SIM** () **NÃO**

4.1 - Teto:

Revestimento liso, impermeável e lavável () **SIM** () **NÃO**

Em bom estado de conservação () **SIM** () **NÃO**

4.2 - Piso:

Revestimento liso, impermeável e lavável () **SIM** () **NÃO**

Em bom estado de conservação () **SIM** () **NÃO**

4.3 - Portas:

Presença de portas () **SIM** () **NÃO**

Ajustadas ao batente () **SIM** () **NÃO**

Em bom estado de conservação () **SIM** () **NÃO**

4.4 - Parede:

Revestimento liso, impermeável e lavável () **SIM** () **NÃO**

Em bom estado de conservação () **SIM** () **NÃO**

4.5 – Janelas:

Presença de janelas() **SIM** () **NÃO**

Ajustadas ao batente () **SIM** () **NÃO**

Presença de tela milimétrica() **SIM** () **NÃO**

4.6 – Iluminação:

Disposta de modo adequado e em quantidade suficiente () **SIM** () **NÃO**

Proteção para as luminárias () **SIM** () **NÃO**

Fiação embutida () **SIM** () **NÃO**

4.7 – Ventilação:

Natural ()

Ambiente bem ventilado () **SIM** () **NÃO**

ou

Artificial ()

Ambiente bem ventilado () **SIM** () **NÃO**

Limpeza e manutenção periódicas dos ventiladores () **SIM** () **NÃO**

4.8 - Os produtos são estocados em prateleiras com um afastamento adequado do solo e do forro/teto? () **SIM () **NÃO****

4.9 - É feito o controle de rotatividade () **SIM () **NÃO****

5. Abastecimento de água:

5.1 - Fornecimento de água regular () **SIM () **NÃO****

Se NÃO, por quê?

5.2 - A água de consumo é filtrada () **SIM () **NÃO****

Com que frequência há a troca do filtro? _____

5.3 - O gelo é preparado com água filtrada () **SIM () **NÃO****

5.4 – O reservatório de água:

Apresenta tampa () **SIM** () **NÃO**

É higienizado a cada 6 meses () **SIM** () **NÃO**

6. Instalações sanitárias utilizadas pelas merendeiras:

6.1 - Em bom estado de conservação, limpeza e higienização

() **SIM** () **NÃO** () **NSA**

6.2 - Presença de: papel higiênico () **SIM** () **NÃO**

sabonete líquido inodoro () **SIM** () **NÃO**

toalhas de papel não reciclado() **SIM** () **NÃO**

Coletores de papel:

com tampa () **SIM** () **NÃO**

acionados sem as mãos () **SIM** () **NÃO**

com saco plástico () **SIM** () **NÃO**

7. Merendeiras:

7.1 - São capacitadas para a função () **SIM** () **NÃO**

7.2 - Utilizam uniforme em bom estado de conservação e limpos () **SIM** () **NÃO**

7.3 - Calçados fechados () **SIM** () **NÃO**

7.4 - Utilizam: proteção para os cabelos () **SIM** () **NÃO**

Mantém as unhas curtas, limpas e sem esmaltes () **SIM** () **NÃO**

Não utilizam adornos () **SIM** () **NÃO**

Não utilizam barba/bigode () **SIM** () **NÃO**

Não utilizam maquiagem e perfumes excessivos () **SIM** () **NÃO**

7.5 - Enquanto preparam os alimentos:

Não fumam () **SIM** () **NÃO**

Não falam desnecessariamente () **SIM** () **NÃO**

Não comem () **SIM** () **NÃO**

8. Área de distribuição de alimentos:

8.1 – Presença de refeitório () **SIM** () **NÃO**

Se SIM:

8.2 – O local é organizado e limpo () **SIM** () **NÃO**

Se NÃO:

8.3 - Onde é consumida a refeição?

Outros: _____

8.4 – Utensílios para consumo:

Armazenados em local apropriado () **SIM** () **NÃO**

Em bom estado de conservação () **SIM** () **NÃO**

Limpeza e desinfecção adequadas () **SIM** () **NÃO**

Cite duas sugestões para obter melhorias da alimentação escolar nesta unidade:

Diretoria_____

Merendeira_____

ANEXO F – Roteiro AQPC utilizado para avaliação da Dimensão Eficiência Alimentar e Nutricional, aplicado as Unidades Escolares, adotado na coleta de dados realizada na pesquisa “AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: estudo de caso no município de Frei Martinho – PB”.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE
NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS EM NUTRIÇÃO E
SAÚDE COLETIVA**

Olho D' Água da Bica S/N.
Cuité – Paraíba- Brasil
CEP:58.175 - 000
Telefone: (83) 3372-1900

Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo no município de Frei Martinho.

Roteiro para a utilização do instrumento AQPC

- 1 – Observar a técnica de cocção, observando a presença de preparações fritas, cozidas e assadas;
- 2 – Quanto ao tipo de gordura utilizada, identificar a oferta de alimentos ricos em gordura insaturada (fontes de origem vegetal);
- 3 – Identificar os alimentos/preparações fonte de proteína;
- 4- Identificar a oferta de alimentos/preparações doces;
- 5- Identificar oferta frutas e folhosos;
- 6- Identificar presença de bebidas de baixo valor nutricional;
- 7- Verificar monotonia de cores durante a semana e no mês.

ANEXO G – Cardápios propostos pela EE as Unidades Escolares do município de Frei Martinho – PB.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAFÉ DA MANHÃ – CRECHE E PRÉ ESCOLAR

Período	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
De 01 a 04/04		Achocolatado e Bolacha Salgada	Bolo e Suco de Fruta	logurte e Bolacha Doce	Suco de Fruta e Bolacha Doce
De 07 a 11/04	Achocolatado e Bolacha Salgada	Suco de Fruta e Bolacha Doce	Pão com Margarina e logurte	Suco de Fruta e Bolacha Salgada	Banana, farinha láctea e leite em pó
De 14 a 16/04	logurte e Bolacha Doce	Suco de Fruta e Bolo	Achocolatado e Bolacha Salgada	FERIADO	FERIADO
De 22 a 25/04	FERIADO	Achocolatado e Bolacha Salgada	Suco de Fruta e Bolacha Doce	Banana, farinha láctea e leite em pó	logurte e Bolacha Salgada
De 28/04 a 02/05	Suco de Fruta e Bolacha Salgada	Achocolatado e Bolacha Doce	logurte e Bolo	Suco de Fruta e Bolacha Salgada	Achocolatado e Bolacha Doce

Nutricionista Responsável: Jaquelânia Lira Dantas CRN 6 11474 / P

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ALMOÇO – CRECHE E PRÉ ESCOLAR

Período	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
De 01 a 04/04		Arroz de Leite e Almôndegas de Soja	Feijão Macassar Enfarofado com Cuscuz / Macarrão / Frango desfiado / Suco de Fruta	Arroz de Leite / Paçoca de Carne de Sol / Laranja	Feijão Carioca / Arroz Refogado / Frango Desfiado
De 07 a 11/04	Carne moída / Arroz Refogado / Suco de Frutas	Feijão Macassar com Farofa de Cuscuz / Arroz de Leite / Carne de Sol	Creme de Frango e Arroz Refogado	Feijão Cariquinha / Arroz Refogado / Carne moída / Abacaxi	Risoto de Frango / Melancia
De 14 a 16/04	Carne moída / Arroz Refogado / Purê de Batata Inglesa	Feijão Carioca / Macarrão / Carne de Sol	Cuscuz com Frango e Suco de Fruta	FERIADO	FERIADO
De 22 a 25/04	FERIADO	Feijão Cariquinha / Arroz Refogado com Cenoura / Frango Desfiado	Paçoca de Carne de Sol / Arroz de Leite	Creme de Frango e Arroz Refogado	Feijão Macassar com Farofa de Cuscuz / Macarrão / Carne de Sol / Laranja
De 28/04 a 02/05	Sopa de Carne com Legumes e Macarrão	Almôndegas de soja / Arroz de Leite	Feijão Carioca / Arroz / Carne de Sol	Cuscuz com Ovo / Suco de Fruta	Feijão Macassar Enfarofado com Cuscuz / Arroz de Leite / Carne de Sol

Nutricionista Responsável: Jaquelânia Lira Dantas CRN 6 11474 / P

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – LANCHE – FUNDAMENTAL

Período	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
De 01 a 04/04		Arroz de Leite com Soja	Achocolatado e Bolacha Salgada	Cuscuz com Frango	iogurte e Bolacha Doce
De 07 a 11/04	Cuscuz com Ovo e Suco de Fruta	Achocolatado e Bolacha Doce	Arroz Refogado com Carne Moída e Legumes	iogurte e Bolacha Salgada	Feijoada com Charque / Arroz / Rapadura
De 14 a 16/04	Cuscuz com Molho de Salsicha e Suco de Fruta	Suco de Fruta e Bolacha Doce	Canja de Frango	FERIADO	FERIADO
De 22 a 25/04	FERIADO	Sopa de Carne com Macarrão e Legumes	Suco de Fruta com Bolacha Doce	Feijoada com Charque / Arroz / Rapadura	Arroz de Leite com Soja
De 28/04 a 02/05	Cuscuz com Frango	Achocolatado e Bolacha Salgada	Arroz Refogado com Carne Moída e Legumes	Suco de Fruta e Bolacha Doce	Sopa de Macarrão com Frango e Legumes

Nutricionista Responsável: Jaquelânia Lira Dantas CRN 6 11474 / P